

SOCIOLOGIA

PAULO MÁRCIO KLEIN

- 1 SOCIOLOGIA E SOCIEDADE
- 2 SOCIOLOGIA E POLÍTICA
- 3 CULTURA E IDEOLOGIA

MÓDULO 1

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. (PCNEM, p. 318)

Tempo previsto: 16 horas

Finalidades do Módulo

- Criar condições de planejar aulas e atividades pedagógicas estruturadas a partir do conceito de sociedade.
- Diversificar os tipos de dinâmicas com os quais se trabalha.
- Ter condição de estabelecer relações interdisciplinares com outras disciplinas como, por exemplo, História, Antropologia, Política, Filosofia, etc.
- Poder apresentar aos alunos questões conceituais e metodológicas próprias das Ciências Sociais.
- Facilitar a apropriação, pelo educando, das seguintes competências e habilidades:
 - identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum;
 - produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas;
 - construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais;
 - construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor;
 - compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual;
 - construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

Conceitos

- Ciência.
- Sociologia.
- Sociedade.

- Fato social, ação social, classe social.
- Cotidiano.
- Interdisciplinaridade.

Materiais necessários

- Lousa e giz.
- Papel e caneta.
- Tesoura e cola.
- Envelopes.
- Reproduções dos textos dos Anexos.
- Gravação em CD ou fita K-7 das músicas:
 - “Parque industrial”, de Tom Zé (Anexo 4)
 - “Comida” e “Televisão”, dos Titãs (Anexo 6)
- Aparelho de som com CD-player e toca-fitas.
- Folhas de cartolina.
- Material de desenho (lápis de cor, etc.).

Dinâmica de trabalho

Atividade 1

- Peça para os participantes formarem grupos de cinco componentes.
- Tire cópias e recorte as frases do Anexo 1 (páginas 446-447) uma a uma, em tiras de papel, e ponha cinco delas em um envelope. Após fazer o mesmo com as tiras restantes, distribua um envelope para cada grupo.

Repetindo: cada envelope deve conter cinco sentenças escritas cada uma em uma tira diferente.

- Oriente os grupos a separar as sentenças, classificando-as como sociológicas, antropológicas ou políticas, ou ainda como não relacionadas com as ciências sociais. Diga para colarem as frases, já classificadas, em folhas de papel.
- Peça para cada grupo explicar sua classificação ao restante da turma.
- Para encerrar, leve os participantes a analisarem e apontarem os objetivos da tarefa realizada, percebendo-a como sugestão de atividade para a sala de aula. Faça um resumo das conclusões na lousa.

Conceitos: Ciências Sociais; Antropologia; Sociologia; Política.

Competências: identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade social.

Atividade 2

- Divida a classe em grupos e distribua o Anexo 2 (página 447) a todos os participantes.

- Após a leitura do texto, proponha as seguintes questões para debate dentro dos grupos:
 - a. Quais disciplinas da área de Ciências Humanas poderiam se utilizar desse texto? (Interdisciplinaridade)
 - b. Especificamente, a quais disciplinas das Ciências Sociais o texto se refere?
 - c. A quais temas da Sociologia o texto se refere de maneira mais enfática?
- Incentive os participantes dos grupos a relatarem situações relacionadas ao tema do texto que eles tenham vivido.
- Convide cada grupo a apresentar suas conclusões.
- Terminadas as apresentações, refira possíveis temas não percebidos pelos grupos.

Conceitos: Ciências Humanas; Ciências Sociais; Sociologia; interdisciplinaridade; contextualização.

Competências: identificar, analisar e comparar diferentes conceitos das Ciências Sociais e, especificamente, da Sociologia.

Atividade 3

- Divida a sala em grupos e distribua o Anexo 3 (páginas 448-450), cujos textos tratam de fato social (Texto 1), ação social (Texto 2) e classe social (Texto 3).
- Oriente a leitura, dizendo para os grupos assinalarem e discutirem internamente os principais conceitos apresentados.
- Escolha três grupos e encarregue-os de apresentar os textos, um por grupo.
- Após as apresentações, abra um debate coletivo sobre a importância do método científico para a análise da sociedade.
- Para maior contextualização, discuta com a classe evidências que confirmem a história da humanidade como a história das lutas de classe.

Conceitos: fato social; ação social; classe social.

Competências: identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.

Atividade 4

- Com a classe organizada em grupos, peça para os participantes apontarem as diferenças entre conhecimento popular e conhecimento científico (senso comum e ciência).
- Anote na lousa as principais diferenças.
- Em seguida, ponha em debate os preconceitos e as ciências, assim como a sabedoria popular e o senso comum.

Conceitos: senso comum; conhecimento científico; preconceitos; as diversidades.

Competências: compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.

Atividade 5

- Peça para os participantes se organizarem em grupos e proponha a estes a elaboração de listas com as características essenciais de três diferentes tipos de sociedades:

- a. sociedade tribal;
- b. sociedade medieval;
- c. sociedade capitalista.

Oriente para que sejam contemplados os aspectos sociais, políticos, econômicos, religiosos, etc., dessas sociedades.

- Convide os grupos a apresentarem as listas elaboradas e vá estabelecendo comparações entre as mesmas.
- Sugira que cada grupo elabore um “desenho” caracterizando/simbolizando um dos tipos de sociedade.
- Proponha e conduza a contextualização das características levantadas para a sociedade capitalista.

Conceitos: sociedade tribal; sociedade medieval; sociedade capitalista; diferenças entre tipos de sociedades.

Competências: identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade; produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas; compreender as transformações no mundo do trabalho.

Atividade 6

- Promova a audição da música “Parque industrial”, de Tom Zé, e em seguida distribua o Anexo 4 (página 451).
- Proponha que os professores, reunidos em grupos, analisem a letra da canção, extraindo significados.
- Socialize e amplie a discussão, introduzindo os temas: sociedade industrial, mito do progresso, consumo, cultura de massa, meios de comunicação de massa, indústria cultural.
- Empreenda a atualização temática, explorando as relações entre 1968, data de lançamento da canção, e 2002.
- Prossiga com a análise estética do som do movimento tropicalista e do som que é produzido hoje.

Conceitos: sociedade industrial; mito do progresso; consumo; cultura de massa; meios de comunicação de massa; indústria cultural.

Competências: compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais; construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Atividade 7

- Distribua o Anexo 5 (página 452) para leitura e discussão do mesmo em grupos.
- Proponha que cada grupo elabore um texto que sintetize o conceito de ideologia.
- Quando tiverem terminado, peça para dois grupos apresentarem seus textos.
- Incentive os outros grupos a fazerem comentários e complementações.
- Ponha em discussão a seguinte questão:

Quais seriam as idéias dominantes, hoje, no Brasil?

Conceitos: ideologia; conscientização; visão crítica da sociedade e da mídia.

Competências: construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor.

Atividade 8

- Entregue aos professores as letras de “Comida” e “Televisão”, dos Titãs, transcritas no Anexo 6 (páginas 452-453). Promova em seguida a audição dessas músicas.
- Solicite que se formem grupos com a incumbência de analisar as canções.
- Convide os grupos a exporem suas conclusões, após o que inicie um debate em torno de: ideologia, a canção de protesto, protesto e consumo.

Conceitos: ideologia; indústria cultural; a canção de protesto; protesto e consumo.

Competências: identificar e analisar os diferentes discursos sobre a realidade; construir uma visão crítica da cultura e da televisão.

Atividade 9

- Divida a classe em grupos e escreva na lousa:

Uma sociedade dividida em classes sociais é injusta porque gera desigualdades sociais.

Leve os grupos a apresentarem evidências cotidianas dessas desigualdades.

- Em seguida, escreva esta questão:

Como é possível interferir na realidade social, para mudá-la?

Dê um tempo para que os grupos apresentem sugestões.

- Proponha na lousa mais esta questão:

Em que medida a educação pode ser vista como fator de mudança social e como ato de cidadania?

Convide os grupos a exporem suas conclusões.

Conceitos: desigualdades sociais; análise do cotidiano; ação individual e ação coletiva; mudança social e cidadania.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena; perceber a si mesmo como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar a sociedade; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana.

Atividade 10

- Entregue cópias do Anexo 7 (páginas 454-455) para leitura individual em grupos.
- Terminada a leitura, proponha que cada grupo elabore uma síntese do texto.
- Peça para um dos grupos expor a síntese que fez e incentive os demais a comentá-la.
- Promova uma rodada de relatos de experiências com Ongs.

Conceitos: movimentos sociais; política; Estado.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena.

Atividade 11

- Divida a classe em grupos e proponha que cada um elabore cinco questões sobre os temas e conceitos até agora apresentados (ver lista no encerramento deste Módulo).
- Peça para os grupos apresentarem oralmente as questões.
- Sugira que as questões sejam trocadas entre os grupos e respondidas por escrito.
- Solicite a apresentação das respostas e em seguida abra uma rodada de comentários sobre as mesmas.

Conceito: avaliação diagnóstica.

Competências: identificar, analisar e comparar os paradigmas teóricos da Sociologia; produzir discursos teóricos sobre a realidade social.

Atividade 12

- Proponha a elaboração em grupos de projetos para campanhas de cidadania. Cada grupo deve criar um projeto que envolva atividades de cidadania para a

escola ou para a comunidade. Exemplos de atividades: limpeza da escola, reciclagem de lixo, movimentos antidrogas ou antiviolação, etc.

- Oriente para que os projetos apresentem: objetivos, ações, etapas, formas de avaliação, recursos e cronograma.
- Convide cada grupo a apresentar seu projeto.

Conceitos: cidadania; participação política; elaboração de projetos.

Competências: produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas; construir a identidade social e política.

O Módulo 1 foi elaborado com a finalidade de contemplar alguns dos grandes temas característicos do conhecimento sociológico: a Sociologia como ciência; a Sociologia como ciência do social; as diferenças entre ciência e senso comum; o trabalho nas diferentes organizações sociais; a sociedade industrial e o mito do progresso; a ideologia, a indústria cultural e o consumo; as formas do estado; a política e os movimentos populares; e, finalmente, a participação política e a construção da cidadania. Dessa forma, atende às indicações e solicitações dos PCNEM sobre os conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política.

As atividades propostas buscam desenvolver as competências e habilidades requeridas, enfatizando a contextualização, a interdisciplinaridade e o olhar sobre o cotidiano.

Consulte também

ARANHA, M. Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo: Moderna, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 2000.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 1993.

Anexo 1

1. É possível estabelecer relações entre a biografia de qualquer indivíduo e a sociedade na qual ele está inserido.
2. A interpretação que a cantora dá a estas canções é moderna – entretanto, você sente que voltou no tempo ao ouvi-las.
3. Pesquisas em número cada vez maior de sítios poderão até mesmo revelar ligações entre os ancestrais dos índios americanos e os europeus da Idade da Pedra.
4. Qualquer pessoa, em qualquer sociedade, em qualquer cultura, quer saber quem são seus antepassados.
5. O tráfico negreiro moldou as histórias do Brasil e de Angola entre os séculos 16 e 18.
6. Os debates sobre a esquerda possível ou desejável sempre começam pela justificada renúncia a muitas coisas – ruins – que a esquerda representou no século passado.
7. Os seres humanos nascem involuntariamente submetidos a uma ordem social e política preexistente, fruto de acasos, ambições e reformas acumuladas durante séculos.
8. O interesse de classe se transfigura em interesse de todos os membros da sociedade.
9. O documentário é uma obra de arte que carrega a visão de mundo de seu criador, tanto quanto qualquer filme de ficção esteticamente engajado.
10. A verdade pura e simples raramente é pura e jamais simples. (O. Wilde)
11. O documentário brasileiro ainda precisa falar da classe média e – por que não – da elite.
12. É preciso dobrar o número de pessoas que se engajam em trabalhos em prol da comunidade.
13. O movimento é totalmente apolítico e se inspira no que acontece nos EUA.
14. O terceiro setor é um segmento da economia que não está diretamente ligado ao governo e nem ao setor produtivo privado.
15. O terceiro setor atua em trabalho voluntário, assistência social, solidariedade e resgate e exercício da cidadania.
16. A população excluída tem que conhecer seus direitos, direito à saúde, educação, moradia, etc.
17. O setor privado brasileiro está cada vez mais preocupado e consciente de sua responsabilidade social.
18. O escritor torna dizível o que não se sabia dizer.
19. Erik Satie foi o primeiro a desconfiar que a música não deveria ser arquitetura, mas decorações de interiores.
20. É um filme sobre o papel desestabilizador da beleza. O desejo que a beleza provoca vira um crime a ser punido.
21. Como cantavam os Rolling Stones, o tempo realmente não espera por ninguém.



22. Com os filmes “ independentes” cada vez mais parecidos com os “ de estúdio”, o cinema americano entra no novo século sem o oxigênio da vanguarda.
23. Situações extremas como revoluções e amores impossíveis sempre forneceram farto material para o cinema.
24. Quando garoto ele era daquelas crianças que ficam horas olhando para o céu e adivinhando formas nas nuvens.
25. O fotógrafo percorre muitas praias antes de eleger o cenário de seu mais recente trabalho.
26. Era tão doloroso viver neste país que as pessoas só queriam esquecer a realidade.
27. A idéia de trabalho, como coisa separada das outras atividades, é algo que não existe nas sociedades tribais.
28. Na vida moderna o Estado exerce um controle quase total sobre a vida das pessoas.
29. Os movimentos sociais estão presentes em todas as sociedades, indicando a ocorrência de processos de mudança.
30. As explicações místicas ou religiosas que os homens dão à realidade fazem parte da cultura humana.

Diretas 1984

Após cinco sucessões presidenciais decididas a portas fechadas, a sociedade civil sente a necessidade de retomar a responsabilidade pelo destino político do Brasil.

O movimento das diretas é uma das grandes mobilizações do século. Atos públicos, iniciados em novembro de 1983 com a pequena presença de militantes do PT, crescem e chegam a reunir 1 milhão de pessoas, em 25 de janeiro.

É uma coligação que reúne sindicatos de empresários e de trabalhadores, estudantes e intelectuais, jovens e velhos. A emenda constitucional das diretas acaba derrotada no Congresso. Mas o lastro de legitimidade carregado pelo movimento permite que, em janeiro de 1985, saia do Colégio Eleitoral um presidente de oposição.

Folha de S. Paulo, edição especial: *O século da imagem*, 9/12/1999, p. 12.

Texto 1

O surgimento da Sociologia

Augusto Comte (1798-1857) é tradicionalmente considerado o pai da Sociologia. Foi ele quem pela primeira vez usou essa palavra, em 1839, no seu *Curso de Filosofia Positiva*. Mas foi com Emile Durkheim (1858-1917) que a Sociologia passou a ser considerada uma ciência e como tal se desenvolveu.

Durkheim formulou as primeiras orientações para a Sociologia e demonstrou que os fatos sociais **têm características próprias**, que os distinguem dos que são estudados pelas outras ciências. Para ele, *a Sociologia é o estudo dos fatos sociais*.

Fatos sociais

Um exemplo simples nos ajuda a entender o conceito de fato social, segundo Durkheim. Se um aluno chegasse à escola vestido com roupa de praia, certamente ficaria numa situação muito desconfortável: os colegas ririam dele, o professor lhe daria uma enorme bronca e provavelmente o diretor o mandaria de volta para pôr uma roupa adequada.

Existe um modo de vestir que é comum, que todos seguem. Isso não é estabelecido pelo indivíduo. Quando ele entrou no grupo, já existia tal norma, e, quando ele sair, a norma provavelmente permanecerá. Quer a pessoa goste, quer não, vê-se obrigada a seguir o costume geral. Se não o seguir, sofrerá uma punição. O modo de vestir é um fato social. São fatos sociais também a língua, o sistema monetário, a religião, as leis e uma infinidade de outros fenômenos do mesmo tipo.

Para Durkheim, os fatos sociais são o modo de pensar, sentir e agir de um grupo social. Embora os fatos sociais sejam exteriores, eles são introjetados pelo indivíduo e exercem sobre ele um poder coercitivo. Resumindo, podemos dizer que os fatos sociais têm as seguintes características:

- *generalidade* – o fato social é comum aos membros de um grupo;
- *exterioridade* – o fato social é externo ao indivíduo, existe independentemente de sua vontade;
- *coercitividade* – os indivíduos se sentem obrigados a seguir o comportamento estabelecido.

Em virtude dessas características, para Durkheim os fatos sociais podem ser estudados objetivamente, como “coisas”. Da mesma maneira que a Biologia e a Física estudam os fatos da natureza, a Sociologia pode fazer o mesmo com os fatos sociais.

Pérsio Santos de Oliveira, *Introdução à Sociologia*, São Paulo, Ática, 2000, p. 13.



Texto 2

Weber e a ação social

Enquanto para Durkheim a ênfase da análise recai na sociedade, para o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) a análise estará centrada nos atores e em suas ações.

Para Weber, a sociedade não seria algo exterior ou superior aos indivíduos, como em Durkheim. Para ele, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas. Por isso, Weber define como objeto da sociologia a ação social. O que é uma ação social? Para Weber é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Recordemos o exemplo já colocado do eleitor. Ele define seu voto orientando-se pela ação dos demais eleitores. Ou seja, temos a ação de um indivíduo, mas essa ação só é compreensível se percebemos que a escolha feita por ele tem como referência o conjunto dos demais eleitores.

Assim, Weber dirá que toda vez que se estabelecer uma relação significativa, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais, teremos então relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações, com os demais.

Nem toda ação, desse ponto de vista, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos. Weber dá um interessante exemplo. Imaginemos dois ciclistas que andam na mesma rodovia em sentidos opostos. O simples choque entre eles não é uma ação social. Mas a tentativa de se desviarem um do outro já pode ser considerada uma ação social, uma vez que o ato de desviar-se para um lado já indica para o outro a intenção de evitar o choque, esperando uma ação semelhante como resposta. Estabelece-se, assim, uma relação significativa entre ambos.

A partir dessa definição, Weber afirmará que podemos pensar em diferentes tipos de ação social, agrupando-as de acordo com o modo pelo qual os indivíduos orientam suas ações. Assim, ele estabelece quatro tipos de ação social:

1. Ação tradicional: aquela determinada por um costume ou um hábito arraigado.
2. Ação afetiva: aquela determinada por afetos ou estados sentimentais.
3. Racional com relação a valores: determinada pela crença consciente num valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade.
4. Racional com relação a fins: determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários.

Nelson Dacio Tomazi (Coord.), *Iniciação à Sociologia*, São Paulo, Atual, 1993, p. 20.

Texto 3

Marx e as classes sociais

As idéias liberais consideravam os homens, por natureza, iguais política e juridicamente. Liberdade e justiça eram direitos inalienáveis de todo cidadão. Marx, por sua vez, proclama a inexistência de tal igualdade natural e observa que o liberalismo vê os homens como átomos, como se estivessem livres das evidentes desigualdades estabelecidas pela sociedade. Segundo Marx, as desigualdades sociais observadas no seu tempo eram provocadas pelas *relações de produção* do sistema capitalista, que dividem os homens em proprietários e não-proprietários dos meios de produção. As desigualdades são base da formação das classes sociais.

As relações entre os homens se caracterizam por relações de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre as classes sociais.

Marx identificou relações de exploração da classe dos proprietários – a burguesia – sobre a dos trabalhadores – o proletariado. Isso porque a posse dos meios de produção, sob a forma legal de propriedade privada, faz com que os trabalhadores, a fim de assegurar a sobrevivência, tenham de vender sua *força de trabalho* ao empresário capitalista, o qual se apropria do trabalho de seus operários.

Essas mesmas relações são também de oposição e antagonismo, na medida em que os interesses de classe são inconciliáveis. O capitalista deseja preservar seu direito à propriedade dos meios de produção e à dos produtos e à máxima exploração do trabalho do operário, seja reduzindo os salários, seja ampliando a jornada de trabalho. O trabalhador, por sua vez, procura diminuir a exploração ao lutar por menor jornada de trabalho, melhores salários e participação nos lucros.

Por outro lado, as relações entre as classes são complementares, pois uma só existe em relação à outra. Só existem proprietários porque há uma massa de despossuídos cuja única propriedade é sua força de trabalho, que precisam vender para assegurar a sobrevivência. As classes sociais são, pois, apesar de sua oposição intrínseca, complementares e interdependentes.

A história do homem é, segundo Marx, a história da *luta de classes*, da luta constante entre interesses opostos, embora esse conflito nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada. As divergências, oposições e antagonismos de classes estão subjacentes a toda relação social, nos mais diversos níveis da sociedade, em todos os tempos, desde o surgimento da propriedade privada.

Cristina Costa, *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*, São Paulo, Moderna, 1997, p. 85-86.

Parque industrial

Tom Zé

*Retocai o céu de anil
Bandeirolas no cordão
Grande festa em toda a nação
Despertai com orações
O avanço industrial
Vem trazer nossa redenção*

*Tem garotas-propaganda
Aeromoças e ternura no cartaz
Basta olhar na parede
Minha alegria num instante se refaz
Pois temos o sorriso engarrafado
Já vem pronto e tabelado
É somente requentar e usar
É somente requentar e usar
Porque é made made made
Made in brazil*

*A revista moralista
Traz uma lista dos pecados da vedete
E tem jornal popular que
Nunca se espreme porque pode derramar
É um banco de sangue encadernado
Já vem pronto e tabelado
É somente folhear e usar
É somente folhear e usar
Porque é made made made
Made in brazil*

Tom Zé, LP *Tropicália*, Philips, 1968.

Anexo 5

Ideologia

Um sistema de crenças ilusórias relacionadas a uma classe social determinada. As idéias dominantes de uma época representam as idéias da classe dominante. (Marx)

Visão de mundo que tem por função conservar a unidade da sociedade. A ideologia pode conferir hegemonia a uma determinada classe social. (Gramsci)

Conjunto lógico e sistemático de representações e regras de conduta que dão aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional às diferenças, camuflando-as e criando um sentimento de coesão social, com a finalidade de manter a dominação de uma classe sobre outra. (Marilena Chau)

Contra-ideologia

O papel da ciência e da filosofia é o de crítica da ideologia, para romper as estruturas que justificam as formas de dominação. (M. Lúcia Aranha)

Anexo 6

Texto 1

Comida

Arnaldo Antunes

Bebida é água

Comida é pasto

Você tem sede de quê?

Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida

A gente quer comida, diversão e arte

A gente não quer só comida

A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida

A gente quer bebida, diversão, balé

A gente não quer só comida

A gente quer a vida como a vida quer



*Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
A gente não quer só comer
A gente quer comer, quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade*

*Necessidade desejo
Necessidade vontade*

Texto 2

Televisão

A. Antunes, M. Fromer, T. Belloto

*A televisão me deixou burro, muito burro demais
Agora todas as coisas que eu penso me parecem iguais
O sorvete me deixou gripado pelo resto da vida
E agora toda noite quando deito é boa noite, querida*

*O Cride, fala pra mãe!
Que eu nunca li num livro
Que um espirro fosse um vírus sem cura
Vê se me entende pelo menos uma vez, criatura!
O Cride, fala pra mãe!*

*A mãe diz pra eu fazer alguma coisa mas eu não faço nada
A luz do sol me incomoda então deixo a cortina fechada
É que a televisão me deixou burro, muito burro demais
E agora eu vivo dentro dessa jaula junto dos animais*

*O Cride, fala pra mãe!
Que tudo que a antena captar meu coração captura
Vê se me entende pelo menos uma vez, criatura!
O Cride, fala pra mãe!*

Ambas as músicas in Titãs, CD *Acústico*, MTV.

As ONGs e a opinião pública

Pesquisa sobre a influência das organizações não-governamentais, as ONGs, em cinco países industrializados (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Austrália), encomendada à empresa americana de relações públicas Richard Edelman por empresas multinacionais e publicada em dezembro do ano passado, apresenta resultados impressionantes quanto ao prestígio das ONGs na opinião pública.

Em termos gerais, o que se destaca é que as pessoas têm o dobro de confiança nas ONGs do que nos governos, nas empresas e na mídia. Na França essa diferença é ainda mais gritante. Lá as ONGs são três vezes mais credíveis que o governo, cinco vezes e meia mais credíveis que as empresas privadas e nove vezes mais credíveis que a imprensa.

Para os europeus, os nomes que inspiram mais confiança são ONGs como Greenpeace, Anistia Internacional e Médicos Sem Fronteiras. A metade das pessoas entrevistadas declarou que as ONGs representam os valores nos quais elas também crêem. As razões do sucesso: as ONGs estão sempre na ofensiva, difundem suas mensagens diretamente ao público, são capazes de formar coalizões, têm causas claras e compreensíveis, agem com a velocidade da Internet e sabem falar para a mídia.

A pesquisa detectou também que esse enorme poder que as ONGs hoje possuem de mobilizar a opinião pública, aliado às suas críticas às políticas públicas, inquieta os governos, cuja tendência, para se defenderem, é denegrir a imagem daquelas que passam a considerar suas adversárias. Essas resistências começam a se desarmar lentamente, como reconhece um diplomata francês, que diz: " Todo mundo sabe hoje em dia que a ação não-governamental é indispensável e que as ONGs fazem parte do debate democrático. A polêmica em torno delas é simplesmente uma reação ao seu sucesso" .

E quanto menos democráticos e mais atingidos pelas críticas das ONGs, mais os governos reagem virulentamente. Até uma CPI no Congresso os setores conservadores brasileiros criaram para atacá-las. Esses parlamentares ampliam o fosso entre o mundo da política e a sociedade, pois também aqui a opinião pública apóia e legitima as ONGs.

Na mesma época em que a empresa Richard Edelman divulga os resultados da sua pesquisa, a Associação Brasileira de ONGs, Abong, divulga pesquisa realizada pelo Ibope.

Espelhando o perfil de escolaridade do brasileiro, conhecem as ONGs 81% dos que já freqüentaram a universidade, 45% dos que freqüentaram o colégio, 26% dos que freqüentaram o ginásio e apenas 11% dos que terminaram seus estudos no primário.

Declararam que as ONGs ajudam a sociedade brasileira 58% dos brasileiros. Declararam que as ONGs atrapalham 13%. Nada menos que 27% dos brasileiros afirmaram que gostariam de participar de uma ONG. No caso da



juventude, essa manifestação é ainda mais forte: 36% dos jovens de 16 a 24 anos manifestam seu desejo de integrar uma organização não-governamental.

Seus principais argumentos são: possuem um papel fundamental no Brasil de hoje, atendem as necessidades que não são atendidas pelo Estado, organizam a sociedade civil para lutar por seus direitos, existem para defender os interesses dos mais necessitados e existem para fiscalizar a ação do Estado.

As ONGs, grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos, contam com o apoio de grande parte da sociedade, mas têm limitado seus trabalhos porque vivem sempre em tremendas dificuldades de sobrevivência. Poderiam fazer muito mais e engajar maior número de pessoas nos seus trabalhos se o reconhecimento público que têm também fosse materializado no apoio de fundos públicos ao seu fortalecimento institucional e ao de sua atuação, como ocorre em muitos outros países.

Neste momento de ampliação dos horizontes democráticos em nosso Estado, o Fórum Paulista de ONGs se prepara para apresentar propostas ao Fórum São Paulo Século 21, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e à Câmara Municipal de São Paulo. O objetivo é poder atender melhor às expectativas que grande parte da população deposita nas ONGs.

Silvio Caccia Bava, in *Folha de S. Paulo*, 27/2/2001, p. A-3.

MÓDULO 2

SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade, permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica, etc. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. (PCNEM, p. 323)

Tempo previsto: 16 horas

Finalidades do Módulo

- Criar condições de planejar aulas e atividades pedagógicas voltadas para os aspectos políticos das relações sociais.
- Diversificar os tipos de dinâmicas com os quais se trabalha.
- Exercitar a interdisciplinaridade e a contextualização.
- Poder trabalhar, junto com os alunos, os conceitos teóricos e metodológicos da Sociologia e da Política.
- Facilitar a apropriação, pelo educando, das seguintes competências e habilidades:
 - identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum;
 - produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas;
 - construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais;
 - construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

Conceitos

- Política e relações de poder.
- Estado e regimes políticos.
- Democracia.
- Cidadania e participação política.
- Cotidiano.

Materiais necessários

- Lousa e giz.
- Textos dos Anexos.
- Papel sulfite.

Dinâmica de trabalho

Atividade 1

- Divida a classe em quatro grupos e escreva na lousa a seguinte afirmação:
A política é a mais nobre das ações humanas.
- Diga para dois dos grupos gerar argumentos em defesa da afirmação; já para os outros dois grupos proponha o oposto, ou seja, que produzam argumentos de negação da mesma.
- Após um tempo, peça para os grupos apresentarem seus argumentos.
- Confrontados os prós e os contras, proponha que se tente estabelecer conjuntamente um consenso, que tanto pode ser de justificação, negação ou relativização do sentido da afirmação inicial. Tal consenso deve ser traduzido em uma nova afirmação que deverá ser anotada na lousa.
- A partir da afirmação criada coletivamente, sugira que os grupos tentem estabelecer uma definição própria de política.
- Peça para os grupos apresentarem suas definições.

Conceitos: política; a teoria e a prática da política.

Competência: produzir novos discursos sobre a realidade social, a partir das observações e reflexões realizadas.

Atividade 2

- Distribua o Anexo 1 (página 464) e dê um tempo para a leitura do texto.
- Incentive os participantes a comentarem o texto. Leve-os também a falarem de seus sentimentos e das relações que mantêm com a política profissional e outras formas de ação política.
- Abra em seguida uma discussão coletiva, levando os participantes a estabelecerem relações entre:
 - a. política e economia;
 - b. alienação política e problemas sociais;
 - c. cidadania, política profissional e possibilidades de transformação do social através de ações políticas;
 - d. política nacional e política internacional.Se achar conveniente, escreva esses itens na lousa, um a um, à medida que se for debatendo.
- Oriente a formação de vários grupos e proponha-lhes que redijam um parágrafo sintetizando a importância e o alcance da conscientização política.
- Peça para os grupos lerem para a classe os textos produzidos.

Conceitos: política e políticos; relações entre política e economia e problemas sociais; alienação; cidadania e participação social; globalização.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana.

Atividade 3

- Proponha a formação de novos grupos e distribua o Anexo 2 (páginas 465-466).
- Dê um tempo para que os grupos leiam e discutam o texto. Em seguida, solicite que sintetizem em um parágrafo o conceito teórico de política.
- Promova a socialização dos resultados, convidando os grupos a apresentarem as sínteses elaboradas.
- Ampliando a discussão, peça para os grupos referirem exemplos que evidenciem os conceitos apresentados no texto do Anexo 2: política e políticos, luta pelo poder, poder e força, politicagem, instituições políticas, legitimidade do poder, poder enquanto relação. Anote esses termos na lousa.
- Encaminhe uma análise coletiva da Atividade.

Conceitos: política e poder; poder e força; política como relação.

Competências: identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas na teoria política; produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas.

Atividade 4

- Divida a classe em cinco grupos e distribua o texto do Anexo 3 (página 467).
- Solicite que os grupos elaborem um parágrafo que sintetize o conceito de Estado.
- Quando tiverem terminado, peça para cada grupo apresentar o seu texto.
- Sorteie (ou distribua) as palavras IGREJA, FOLCLORE, ARTE, IMPRENSA, GOVERNO, uma para cada grupo. Em seguida, oriente os grupos a discutirem internamente, a partir do Anexo 3, o princípio de legitimidade relacionado com a palavra sorteada.
- Abra uma rodada para que os grupos possam apresentar suas conclusões.

Conceitos: Estado; legitimidade do Estado; princípios de legitimidade do poder.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena.

Atividade 5

- Proponha que os professores, divididos em grupos, tentem estabelecer as características das principais formas históricas de Estado: absolutista, liberal, socialista, totalitário, neoliberal.

- Solicite que os grupos apresentem suas idéias e, em seguida, abra um debate em torno da seguinte temática: “Atualmente, o Estado exerce (ou não) um controle quase total sobre a vida das pessoas”.
- Esgotado o debate, mobilize uma discussão sobre “O Estado neoliberal e a democracia brasileira”.

Conceitos: Estado absolutista, liberal, socialista, totalitário, neoliberal; neoliberalismo e democracia no Brasil.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena; identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade.

Atividade 6

- Distribua o Anexo 4 (páginas 468-469) para uma primeira leitura individual.
- Em seguida, com alguns professores se revezando na leitura em voz alta, analise e discuta o texto com a classe.
- Coloque em debate a seguinte questão:

Por que é importante discutir, junto aos alunos, as idéias anarquistas?

- Esgotado o debate, proponha que os participantes discutam em grupos o significado de: utopia, movimentos de juventude, liberdade total, negação da autoridade, oposição ao sistema. Se necessário, escreva essas expressões na lousa.
- Peça para cada grupo apresentar suas conclusões, a partir das quais faça uma síntese dos conceitos na lousa.

Conceitos: anarquismo: sociedade sem Estado; utopia; liberdade; autoridade.

Competências: produzir novos discursos sobre a realidade social; identificar, analisar e comparar os paradigmas teóricos das Ciências Sociais; construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena.

Atividade 7

- Organize a classe em quatro grupos e distribua o Anexo 5 (páginas 469-470) para uma primeira leitura do texto.
- Escolha dois grupos para atacar as idéias do texto e atribua aos outros dois a tarefa de defendê-las. Para tanto, dê um tempo para a releitura e discussão do texto nos grupos.
- Peça para os grupos exporem seus argumentos.
- Em seguida, a partir das idéias do texto, envolva a todos na análise e discussão de dois recentes problemas sociais brasileiros: revoltas nos presídios e aumento da criminalidade.
- Prosseguindo com o debate, indague sobre as respostas a tais problemas apresentadas pelos movimentos sociais, partidos políticos e governo.

- Para encerrar, encaminhe uma discussão a respeito das diferenças entre revolta popular e movimentos sociais organizados.

Conceitos: desobediência civil; política e classes sociais; revisão da história; movimentos sociais.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana; produzir novos discursos sobre a realidade social.

Atividade 8

- Divida a classe em grupos e distribua para leitura o Anexo 6 (páginas 471-472). Diga para cada grupo elaborar por escrito uma síntese das idéias do texto de Rosie Muraro.
- Quando tiverem terminado, peça para um dos grupos apresentar seu relatório e, se for o caso, permita que outros grupos façam complementações.
- Tendo todos o texto à mão, abra uma discussão coletiva que contemple:
 - a. exemplos de sistemas simbólicos;
 - b. origens e conquistas do movimento feminino;
 - c. outros movimentos sociais importantes;
 - d. uma tentativa de definição do que é movimento social.
- Na seqüência, estimule os professores a darem testemunho de participação em movimentos sociais, bem como de conquistas perceptíveis dos mesmos.
- Para finalizar, estabeleça juntamente com a turma uma caracterização dos movimentos sociais como formas alternativas de ação política.

Conceitos: movimentos sociais; sistemas simbólicos; ação política alternativa; contextualização.

Competências: construir instrumentos para a ampliação da "visão de mundo"; construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena; produzir novos discursos sobre a realidade social.

Atividade 9

- Divida a classe em pelo menos quatro grupos e proponha que respondam por escrito às seguintes questões sobre ecologia:
 - a. O atual movimento ecológico é uma nova forma de utopia política?
 - b. Ele não tende a priorizar a natureza em detrimento do homem?
 - c. O novo século será "ecologicamente correto"?
- Quando os grupos tiverem terminado, convide-os a relatarem suas respostas.
- Distribua o Anexo 7 (páginas 472-473) para metade dos grupos e o Anexo 8 (página 474) para os grupos restantes. Diga para cada grupo elaborar uma síntese do texto recebido.

- Escolha dois grupos que tenham recebido textos distintos para apresentarem as respectivas sínteses.
- Para finalizar, proponha que todos os grupos levantem temas para debates, a partir do discurso dos autores, e vá anotando-os na lousa.

Conceitos: política e ecologia; política e natureza; ideologia; interdisciplinaridade.

Competências: produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais; construir instrumentos para a ampliação da “visão de mundo” e do “horizonte de expectativas”; construir a identidade social e política.

Atividade 10

- Divida a classe em grupos e escreva na lousa a questão a seguir, para que os grupos a respondam por escrito:

O que significa, hoje, ser de direita ou de esquerda, politicamente falando?

- Peça para cada grupo apresentar suas respostas.
- Em seguida, distribua o Anexo 9 (páginas 475-476) para leitura e análise do texto nos grupos. Enquanto os grupos trabalham, circule entre eles ouvindo as discussões e incentivando a participação ativa de todos os componentes.
- Escolha dois grupos para apresentar uma síntese oral das principais idéias do texto de Fernando Savater, filósofo espanhol.
- Promova o confronto das respostas dadas pelos grupos no início da Atividade com as idéias de Savater. Indague os grupos sobre eventuais mudanças nos pontos de vista.

Conceitos: participação política; sistemas políticos; política e vida cotidiana; ideologias políticas.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo”.

Atividade 11

- Distribua o Anexo 10 (páginas 476-478) para leitura em grupos. Diga a estes para elaborarem uma síntese por escrito do texto.
- Peça para dois grupos apresentarem a síntese feita e estimule os demais a tecerem comentários e fazerem acréscimos.
- Mobilize um debate tendo como tema as evidências de injustiça na vida cotidiana.
- Esgotada a discussão, proponha que os grupos elaborem propostas de atividades pedagógicas para os alunos do Ensino Médio, a partir do texto de Fábio Comparato.
- Promova uma rodada de apresentação pelos grupos das propostas de atividades.

Conceitos: justiça; democracia; soberania popular; neoliberalismo e globalização; direitos humanos.

Competências: identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade; produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas; construir a identidade social e política; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana.

Atividade 12

- Organize a classe em grupos e proponha que respondam por escrito à seguinte questão:

O que é democracia?

- Quando os grupos tiverem terminado, solicite que apresentem suas respostas.
- Distribua o Anexo 11 (páginas 478-479) para leitura e análise do texto nos grupos.
- Peça para dois grupos exporem uma síntese oral do texto e incentive os demais a se manifestarem a respeito.
- Proponha aos grupos a criação de atividades pedagógicas explorando o tema da democracia, atividades essas dirigidas aos alunos do Ensino Médio.

Conceitos: democracia; liberdades políticas; democratização do cotidiano; direitos humanos.

Competências: construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

Este Módulo foi elaborado com a finalidade de contemplar alguns dos principais conteúdos da Ciência Política através do olhar da Sociologia: a atividade política; as relações entre política e poder; a legitimidade do Estado e de outras instituições sociais; as diferentes formas históricas do Estado; as utopias políticas; a soberania popular e os movimentos sociais; as ideologias políticas; a justiça, os direitos humanos e a democracia e, finalmente, o neoliberalismo e a globalização.

Dessa forma, o Módulo atende às indicações e solicitações dos PCNEM sobre os conhecimentos necessários de Política e Sociologia para a formação da cidadania e a construção de uma sociedade democrática.

Consulte também

ARANHA, M. Lúcia de Arruda; MARTINS, M. Helena Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Sônia M. Ribeiro de. *Um outro olhar: Filosofia*. São Paulo: FTD, 1995.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1991.

WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

Anexo 1

O analfabeto político

Bertolt Brecht

O pior analfabeto
é o analfabeto político.
Ele não ouve, não fala, não participa
dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político é tão burro
que se orgulha e estufa o peito
dizendo que odeia política.
Não sabe o imbecil
que da sua ignorância política
nascem a prostituta, o menor abandonado,
o assaltante e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista, pilantra, corrupto
e laçao das empresas nacionais e
multinacionais.

In Sonia M. Ribeiro de Souza, *Um outro olhar: Filosofia*, São Paulo, FTD, 1995, p.154.

INTRODUÇÃO À POLÍTICA

Introdução

Na conversa diária, usamos a palavra política de diversas formas que não se referem necessariamente a seu sentido fundamental. Assim, sugerimos a alguém que seja “mais político” na sua maneira de agir, ou nos referimos à “política” da empresa, da escola, da Igreja, enquanto formas de exercício e disputa do poder interno. Podemos falar ainda do caráter político de um livro de literatura, ou da arte em geral.

Mais próximo do sentido de política que nos interessa nesta Unidade, sempre nos referimos à política quando tratamos de ciência, de moral e, especificamente, de trabalho, lazer, quadrinhos, corpo, amor, etc. Embora não se confunda com o objeto próprio de cada um desses assuntos, a política permeia todos eles.

Há também o sentido pejorativo da política, dado pelas pessoas desencantadas diante da corrupção e da violência, associando-a à “politicagem”, falsa política em que predominam os interesses particulares sobre os coletivos.

Mas afinal, de que trata a política?

A política é a arte de governar, de gerir o destino da cidade. Etimologicamente política vem de *pólis* (“cidade”, em grego).

Explicar em que consiste a política é outro problema, pois, se acompanharmos o movimento da história, veremos que essa definição varia e toma nuances as mais diferentes. O mesmo ocorre quando lembramos que o político é aquele que atua na vida pública e é investido do poder de imprimir determinado rumo à sociedade.

Múltiplos são os caminhos, se quisermos estabelecer a relação entre política e poder, entre poder, força e violência; entre autoridade, coerção e persuasão; entre Estado e governo etc. Por isso é complicado tratar de política “em geral”. É preciso delimitar as áreas de discussão e situar as respostas historicamente.

Assim, é possível entender a política como luta pelo poder: conquista, manutenção e expansão do poder.

Ou refletir sobre as instituições políticas por meio das quais se exerce o poder.

E também indagar sobre a origem, natureza e significação do poder. Nessa última questão surgem problemas como: Qual é o fundamento do poder? Qual é a sua legitimidade? É necessário que alguns mandem e outros obedeçam? O que torna viável o poder de um sobre o outro? Qual é o critério de autoridade?

Abordaremos algumas dessas questões nos capítulos seguintes, à medida que tratarmos dos problemas que preocupam os filósofos no correr da história. Sugerimos consultar também o Capítulo 7 (Do mito à razão), onde nos referimos ao surgimento da noção de cidadão na Grécia Antiga.



O poder

Discutir política é referir-se ao poder.

Embora haja inúmeras definições e interpretações a respeito do conceito de poder, vamos considerá-lo aqui, genericamente, como sendo a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. Portanto, o poder supõe dois pólos: o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido. Portanto, o poder é uma relação, ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos.

Poder e força

Para que alguém exerça o poder, é preciso que tenha *força*, entendida como instrumento para o exercício do poder. Quando falamos em força, é comum pensar-se imediatamente em força física, coerção, violência. Na verdade, este é apenas um dos tipos de força.

Diz Gérard Lebrun: " Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem *força* para mobilizar um certo número de eleitores. Se um sindicato tem peso político, é porque tem *força* para deflagrar uma greve. Assim, *força* não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é rarissimamente) um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me extorque alguma decisão (uma relação amorosa é antes de mais nada uma relação de forças; cf. as *Ligações perigosas* de Laclos). Em suma, a força é a canalização da potência, é a sua determinação".

M. Lúcia de Arruda Aranha e M. Helena Pires Martins, *Filosofando*: introdução à Filosofia, São Paulo, Moderna, 1993, p. 179-180.

ESTADO E PODER

Entre tantas formas de força e poder, as que nos interessam aqui referem-se à política e, em especial, ao poder do Estado que, desde os tempos modernos, se configura como a instância por excelência do exercício do poder político.

Na Idade Média certas atribuições podiam ser exercidas pelos nobres em seus respectivos territórios, onde muitas vezes eram mais poderosos do que o próprio rei. Além disso, era difícil, por exemplo, determinar qual a última instância de uma decisão, daí os recursos serem dirigidos sem ordem hierárquica tanto a reis e parlamentos como a papas, concílios ou imperadores.

A partir da Idade Moderna, com a formação das monarquias nacionais, o Estado se fortalece e passa a significar a posse de um território em que o comando sobre seus habitantes é feito a partir da centralização cada vez maior do poder. Apenas o Estado se torna apto para fazer e aplicar as leis, recolher impostos, ter um exército. A monopolização dos serviços essenciais para garantia da ordem interna e externa exige o desenvolvimento do aparato administrativo fundado em uma burocracia controladora.

Por isso, segundo Max Weber, o Estado moderno pode ser reconhecido por dois elementos constitutivos: a presença do *aparato administrativo* para prestação de serviços públicos e o *monopólio legítimo da força*.

O poder legítimo

Embora a força física seja uma condição necessária e exclusiva do Estado para o funcionamento da ordem na sociedade, não é condição suficiente para a manutenção do poder. Em outras palavras, o poder do Estado que apenas se sustenta na força não pode durar. Para tanto, ele precisa ser legítimo, ou seja, ter consentimento daqueles que obedecem. (Vimos que o poder é uma relação!)

Ao longo da história humana foram adotados os mais diversos *princípios de legitimidade do poder*:

- nos Estados teocráticos, o poder considerado legítimo vem da vontade de Deus ou da força da tradição, quando o poder é transmitido de geração em geração, como nas monarquias hereditárias;
- nos governos aristocráticos apenas os melhores podem ter funções de mando; é bom lembrar que os considerados *melhores* variam conforme o tipo de aristocracia: os mais ricos, ou os mais fortes, ou os de linhagem nobre, ou, até, a elite do saber;
- na democracia, vem do consenso, da vontade do povo.

A discussão a respeito da legitimidade do poder é importante na medida em que está ligada à questão de que a obediência é devida apenas ao comando do poder legítimo, segundo o qual a obediência é voluntária, e portanto livre. Caso contrário, surge o direito à resistência, que leva à turbulência social.

ANARQUISMO - INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Tradição

Há uma grande confusão em torno da palavra anarquismo. Muitas vezes a anarquia é considerada como um equivalente do caos e o anarquista é tido, na melhor das hipóteses, como um niilista, um homem que abandonou todos os princípios e, às vezes, até confundido com um terrorista inconseqüente. Muitos anarquistas foram homens com princípios desenvolvidos; uma restrita minoria realizou atos de violência que, em termos de destruição, nunca chegou a competir com os líderes militares do passado ou com os cientistas nucleares de hoje. Em outras palavras, neste estudo estarão presentes anarquistas como foram e são, e não como aparentam ser nas fantasias de cartunistas, jornalistas e políticos, cuja forma predileta de ofender um oponente é acusá-lo de promover a anarquia.

Estamos interessados em definir um grupo de doutrinas e atitudes cuja característica comum é a crença de que o Estado é nocivo e desnecessário. A origem da palavra anarquismo envolve uma dupla raiz grega: *archon*, que significa governante, e o prefixo *an*, que indica sem. Portanto, anarquia significa estar ou viver sem governo. Por conseqüência, anarquismo é a doutrina que prega que o Estado é a fonte da maior parte de nossos problemas sociais, e que existem formas alternativas viáveis de organização voluntária. E, por definição, o anarquista é o indivíduo que se propõe a criar uma sociedade sem Estado.

O conceito de sociedade sem Estado é essencial para a compreensão da atitude anarquista. Rejeitando o Estado, o anarquista autêntico não está rejeitando a idéia da existência da sociedade; ao contrário, sua visão da sociedade como uma entidade viva se intensifica quando ele considera a abolição do Estado. Na sua opinião, a estrutura piramidal imposta pelo Estado, com um poder que vem de cima para baixo, só poderá ser substituída se a sociedade tornar-se uma rede de relações voluntárias. A diferença entre uma sociedade estatal e uma sociedade anárquica é a mesma que existe entre uma estrutura e um organismo: enquanto uma é construída artificialmente, o outro cresce de acordo com leis naturais. Metaforicamente, se pode comparar a pirâmide do Estado com a esfera da sociedade que é mantida por um equilíbrio de forças. Duas formas de equilíbrio têm muita importância na filosofia dos anarquistas. Uma delas é o equilíbrio entre destruição e construção, que domina suas táticas. A outra é o equilíbrio entre liberdade e ordem, que faz parte de sua visão da sociedade ideal. Para o anarquista a ordem não é algo imposto de cima para baixo. É uma ordem natural que se expressa pela autodisciplina e pela cooperação voluntária.

As raízes do pensamento anarquista são antigas. Doutrinas libertárias que sustentavam que, como ser normal, o homem pode viver melhor sem ser governado já existiam entre os filósofos da Grécia e da China Antiga, e entre seitas cristãs heréticas da Idade Média. Filosofias cuidadosamente elaboradas



e que eram totalmente anarquistas começaram a aparecer já durante o Renascimento e a Reforma, entre os séculos XV e XVII, e principalmente no século XVIII, à medida que se aproximava a época das revoluções Francesa e Americana, que deram início à Idade Moderna.

Como movimento ativista, buscando mudar a sociedade por métodos coletivos, o anarquismo pertence unicamente aos séculos XIX e XX. Houve épocas em que milhares de operários e camponeses europeus e latino-americanos seguiram as bandeiras negras ou rubro-negras dos anarquistas, revoltando-se sob a sua liderança e estabelecendo modelos transitórios de um mundo livre, como na Espanha e na Ucrânia durante períodos da revolução. Houve também grandes escritores, como Shelley e Tolstoi, que expressaram idéias essenciais do anarquismo em seus poemas, novelas e artigos. O sucesso do anarquismo, porém, variou muito porque ele é um movimento e não um partido. É um movimento que tem mostrado grande poder de renovação. No início da década de 60, parecia estar esquecido, mas hoje parece ser outra vez, como em 1870, 1890 e 1930, um fenômeno relevante.

George Woodcock, *Os grandes escritos anarquistas*, Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 13-14.

Desobediência: a virtude original do homem

Pode-se até admitir que os pobres tenham virtudes, mas elas devem ser lamentadas. Muitas vezes ouvimos que os pobres são gratos à caridade. Alguns o são, sem dúvida, mas os melhores entre eles jamais o serão. São ingratos, descontentes, desobedientes e rebeldes – e têm razão. Consideram que a caridade é uma forma inadequada e ridícula de restituição parcial, uma esmola sentimental, geralmente acompanhada de uma tentativa impertinente, por parte do doador, de tiranizar a vida de quem a recebe. Por que deveriam sentir gratidão pelas migalhas que caem da mesa dos ricos? Eles deveriam estar sentados nela e agora começam a percebê-lo. Quanto ao descontentamento, qualquer homem que não se sentisse descontente com o péssimo ambiente e o baixo nível de vida que lhe são reservados seria realmente muito estúpido.

Qualquer pessoa que tenha lido a história da humanidade aprendeu que a desobediência é a virtude original do homem. O progresso é uma consequência da desobediência e da rebelião. Muitas vezes elogiamos os pobres por serem econômicos. Mas recomendar aos pobres que poupem é algo grotesco e



Anexo 5

insultante. Seria como aconselhar um homem que está morrendo de fome a comer menos; um trabalhador urbano ou rural que poupasse seria totalmente imoral. Nenhum homem deveria estar sempre pronto a mostrar que consegue viver como um animal mal alimentado. Deveria recusar-se a viver assim, roubar ou fazer greve – o que para muitos é uma forma de roubo.

Quanto à mendicância, é muito mais seguro mendigar do que roubar, mas é melhor roubar do que mendigar. Não! Um pobre que é ingrato, descontente, rebelde e que se recusa a poupar terá, provavelmente, uma verdadeira personalidade e uma grande riqueza interior. De qualquer forma, ele representará uma saudável forma de protesto. Quanto aos pobres virtuosos, devemos ter pena deles mas jamais admirá-los. Eles entraram num acordo particular com o inimigo e venderam os seus direitos por um preço muito baixo. Devem ser também extraordinariamente estúpidos. Posso entender que um homem aceite as leis que protegem a propriedade privada e admira que ela seja acumulada enquanto for capaz de realizar alguma forma de atividade intelectual sob tais condições. Mas não consigo entender como alguém que tem uma vida medonha graças a essas leis possa ainda concordar com a sua continuidade.

Entretanto, a explicação não é difícil, pelo contrário. A miséria e a pobreza são de tal modo degradantes e exercem um efeito tão paralisante sobre a natureza humana que nenhuma classe consegue realmente ter consciência de seu próprio sofrimento. É preciso que outras pessoas venham apontá-lo e mesmo assim muitas vezes não acreditam nelas. O que os patrões dizem sobre os agitadores é totalmente verdadeiro. Os agitadores são um bando de pessoas intrometidas que se infiltram num determinado segmento da comunidade totalmente satisfeito com a situação em que vive e semeiam o descontentamento nele. É por isso que os agitadores são necessários. Sem eles, em nosso estado imperfeito, a civilização não avançaria. A abolição da escravatura na América não foi uma consequência da ação direta dos escravos nem uma expressão de seu desejo de liberdade. A escravidão foi abolida graças à conduta totalmente ilegal de certos agitadores vindos de Boston e de outros lugares, que não eram escravos, não tinham escravos nem qualquer relação direta com o problema. Foram eles, sem dúvida, que começaram tudo. É curioso observar que dos próprios escravos eles só receberam pouquíssima ajuda material e quase nenhuma solidariedade. E quando a guerra terminou e os escravos descobriram que estavam livres, tão livres que podiam até morrer de fome livremente, muitos lamentaram amargamente a nova situação. Para o pensador, o fato mais trágico da Revolução Francesa não foi que Maria Antonieta tenha sido morta por ser rainha, mas que os camponeses famintos da Vendée tivessem concordado em morrer defendendo a causa do feudalismo.

Oscar Wilde, "The soul of man under socialism", 1891, in George Woodcock, *Os grandes escritos anarquistas*, Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 66-67.

Por uma nova ordem simbólica

Cada espécie animal percebe o real segundo a vida que lhe é peculiar. A espécie humana relaciona-se com ele por meio de seus sistemas simbólicos. E é exatamente por esse motivo que ela é a única espécie que o pode transformar. Mas, embora a capacidade de simbolizar seja inata, seu uso varia ao longo dos tempos.

É pelos sistemas simbólicos que os seres humanos pensam, falam, se comunicam e criam as suas leis de comportamento e, portanto, os seus sistemas sociais, políticos e econômicos. Esses sistemas variaram muito nos 2 milhões de anos de vida de nossa espécie, principalmente nos últimos 10 mil anos do nosso período histórico. O grande erro dos pensadores foi tornar os sistemas, que foram socialmente construídos, como biológicos e imutáveis.

Isso aconteceu, por exemplo, com os psicólogos do fim do século 19 e do início do século 20, principalmente Freud e Lacan. Freud afirma que a natureza foi madrasta com a mulher porque ela não tem a capacidade de simbolizar como o homem.

Lacan afirma que o simbólico é masculino e que “a mulher não existe”. Não existe porque não tem acesso à ordem simbólica. A palavra pertence ao homem e o silêncio pertence à mulher. Segundo ele, o simbólico é estruturado pela cadeia de significantes na qual o grande organizador é o falo. Este, ao mesmo tempo, é metáfora do órgão sexual masculino e do poder. O poder – que é essencialmente masculino – é o grande “outro”, ao qual, implícita ou explicitamente, todos os atos simbólicos humanos se referem. Incluem-se aí os pensamentos, os gestos, as leis e até os sistemas macro (políticos e econômicos).

E, de fato, ele tem razão. A realidade humana é gendrada (gendered), como gendrados somos todos nós. Todos os sistemas simbólicos atuais foram sendo fabricados pelos – e para os – homens. Leis, gramática, crenças, filosofia, dinheiro, poder político e econômico.

Na última metade do século 20, no entanto, algo novo aconteceu. Os dois grandes resultados da sociedade de consumo são a entrada da mulher no mercado mundial de trabalho – uma vez que o sistema fez mais máquinas do que machos – e a destruição dos recursos naturais – porque os retirou da natureza num ritmo mais acelerado do que a capacidade de reposição dela.

As mulheres entram nos sistemas simbólicos masculinos no momento em que esses estão se mostrando implacavelmente destrutivos em relação à vida. A tarefa monumental que os movimentos de mulheres e as mulheres têm hoje é a de construir uma nova ordem simbólica não mais centrada sobre o falo (o poder, o matar ou morrer que é a sua lei), mas uma nova ordem que possa permear desde o inconsciente individual até os sistemas macroeconômicos. Uma nova ordem estruturada sobre a vida.

Essas reflexões não poderiam estar sendo feitas se esse trabalho já não estivesse em curso. Já estão sendo construídos consensos entre os povos con-



Anexo 6

tra uma dominação global que exclui o grosso da humanidade e sobre uma nova ordem que inclua uma relação complementar entre os gêneros, uma família democrática, um tipo de relação econômica que não transfira a riqueza de todos para os poucos que dominam, que inclua relações comerciais e econômicas menos desumanas e destrutivas.

As mulheres já estão entrando nos sistemas simbólicos masculinos. E não só nas instituições convencionais (empresas, partidos, etc.), mas também em outras, muitas vezes na contramão da história (nas lutas populares, ecológicas, pela paz etc., onde são a grande maioria). Elas estão construindo uma nova ordem simbólica, na qual o "grande outro" é a vida (viver e deixar viver), e ajudando a desconstruir a atual ordem universal de poder.

Se não trabalharmos nessa profundidade, por mais que se transformem as estruturas econômicas antigas, elas tenderão a voltar. Ou substituímos a função estruturante do falo pela função estruturante da vida ou não teremos mais nem falo nem vida.

Rose Marie Muraro, in *Folha de S. Paulo*, 8/3/2001, p. A3.

Anexo 7

3 QUESTÕES SOBRE ECOLOGIA

[Parte I]

1. O atual movimento ecológico é uma nova forma de utopia política?
2. Ele não tende a priorizar a natureza em detrimento do homem?
3. O novo século será "ecologicamente correto"?

Luiz Felipe Pondé responde

1. Ecologia é política, quem não sabe isso acredita em Papai Noel. Como utopia política, acho-a muito fraca. É uma ilusão acharmos que "vivemos todos no mesmo planeta". A natureza é social. Essa coisa de "we are the world" só serve para "sermos sensíveis" enquanto morremos de fome e de dívidas. É negar frontalmente toda a encarnação político-social da natureza que representa a própria história humana. Uma forma de definirmos o Homo sapiens é pela forma como se relaciona com a natureza e pelo modo como exerce seu poder sobre seus semelhantes a partir dessa relação. Não há dúvida de que a utopia ecológica serve muito bem como refúgio para o "bom mocismo" dos incluídos: "Tudo bem, sou a favor da competição e da degradação das socie-



dades pobres (afinal isso é 'natural!!!'), mas choro pelas 'baby seals'". É óbvio que deve haver um projeto político que leve em conta o verde. Acho, aliás, que um projeto de educação básica que inclua uma "formação ecológica" já é grande coisa, mas para tal se faz necessário um projeto ambientalista que inclua uma educação decente. Como utopia diet, uma de suas vantagens é que seria uma utopia "bem-comportada": quem grita nas ruas pelas baleias provavelmente comeu antes.

2. Acho que sim. Mas acho que essa "escolha" em favor da natureza se dá muito pelo fato de que, ao falarmos da "natureza", parece que estamos tocando em uma entidade "pura", mas isso é platonismo para pseudoletorado. A escolha pela "natureza" é proposital. É mais "limpo" ideologicamente defender a natureza extirpando dela seu animal mais intratável. Por outro lado, há algo de exato na natureza "biológica" que difere do homem, pois este é o animal indireto por excelência. Para incluir o homem e a mulher no ambientalismo, temos que aprender a praticar uma ecologia do "espaço interno", respeitar essa coisa sutil chamada "alma", e isso é inviável no economicismo fajuto em que vivemos. No caso do Brasil, diria que um projeto verde deveria levar em conta antes de tudo a extinção do brasileiro e da brasileira.

3. Acredito que possa haver uma maior qualidade em alguns "trechos" da biosfera. Na realidade já há discursos ecologicamente corretos, inclusive entre nós, que habitamos esta parte "suja" do planeta: mais do que correto, é "chique" ser ecologicamente correto, principalmente se for em supermercados caros. O que preocupa é a possibilidade de que tudo isso vire "grife": sem a percepção de que não existe uma coisa chamada "natureza pura", vamos acabar pagando bem caro por morceguinhos fofinhos.

In *Folha de S. Paulo*, 18/2/01, Mais!, p. 3. Luiz Felipe Pondé é professor do programa de pós-graduação em ciências da religião da PUC-SP e autor de *Homem insuficiente*.

3 QUESTÕES SOBRE ECOLOGIA [Parte II]

1. O atual movimento ecológico é uma nova forma de utopia política?
2. Ele não tende a priorizar a natureza em detrimento do homem?
3. O novo século será “ecologicamente correto”?

João Paulo Capobianco responde

1. Sim. As alterações promovidas pela humanidade nos ciclos ecológicos globais ameaçam simultaneamente o futuro – crise da sobrevivência – e levam ao questionamento de um dos principais pilares sobre os quais se construiu a sociedade moderna: a supremacia da ciência e da tecnologia sobre os ideais, a sensibilidade e os sentimentos humanos. Ao expor os gravíssimos problemas ambientais, de que o efeito estufa é um dos mais fortes exemplos no momento, o movimento ecológico coloca a humanidade diante de uma crise sem precedentes e propõe mudanças radicais nos processos produtivos, nas formas de apropriação dos recursos naturais e nos padrões de consumo. A viabilidade de um novo modelo de desenvolvimento que seja socialmente justo e ecologicamente viável, apresentado como a solução para esse impasse, exige a adoção de posturas individuais e coletivas que contradizem o processo evolutivo recente da humanidade. Sua implantação requer mudanças estruturais na sociedade, que passam a ter um caráter de mudança civilizatória.

2. Há setores no movimento ecológico que insistem no modelo preservacionista, que postula ser impossível compatibilizar o desenvolvimento humano com a conservação do ambiente natural. Essa corrente, embora barulhenta, está perdendo rapidamente espaço para os conservacionistas, que consideram absolutamente indissociáveis as questões sociais e ambientais. Para essa nova e mais influente corrente, a melhora da qualidade de vida das pessoas é parte da luta pela conservação ambiental.

3. O novo século já se inicia mais “ecologicamente correto” do que o século passado, mas será menos “ecologicamente correto” que o próximo. Isso porque os conceitos sobre o que é adequado em termos ambientais evoluem rapidamente, tornando as metas e planos cada vez mais ambiciosos. O caso da energia nuclear é um bom exemplo. Nos anos 70, o movimento lutava para impedir a construção de novas usinas nucleares. Menos de 20 anos depois de conquistar as primeiras vitórias nesse sentido, a meta passou a ser a desativação das existentes. Outras ações, como certificação ambiental de produtos florestais e agrícolas, comércio solidário e consumo consciente, são alguns exemplos de novas estratégias que passarão a definir o que será “ecologicamente correto” no futuro próximo.

In *Folha de S. Paulo*, 18/2/01, Mais!, p. 3. João Paulo Capobianco é biólogo, ambientalista e coordenador do Instituto Socioambiental (organização não-governamental).

É obrigatório ser de esquerda?

Com frequência, as discussões sobre o que significa ser de esquerda hoje, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e de outros desmoronamentos concomitantes, lembram muito as que escutamos sem cessar sobre como manter as crenças religiosas em nossa época laica e científica. Fala-se em teologia negativa, em leitura simbólica ou alegórica dos textos sagrados, no Deus ou oculto, na volta às origens do cristianismo ou na sua simbiose com doutrinas orientais, em rebeldia contra as Igrejas instituídas e hierárquicas, em comunidades eclesiais de base. Defende-se a necessidade de uma teologia da libertação, mas nunca se fala na necessidade de libertação da teologia. E o ímpio vive assaltado pelo desejo de perguntar: “Mas por que é necessário acreditar em Deus, de um modo ou de outro? Por que não podemos ser simplesmente ateus como Deus manda?”.

Do mesmo modo, os debates sobre a esquerda possível ou desejável sempre começam pela justificada renúncia a muitas coisas – ruins – que a esquerda representou no século passado: a ditadura do proletariado, a luta de classes como guerra civil revolucionária, a abolição do mercado e da propriedade privada dos meios de produção, o planejamento estatal de objetivos industriais, a nacionalização indiscriminada, o partido único, a ideologia única (lembra-se daquela frase tão bonita que dizia Simone de Beauvoir: “A verdade é una; o erro, múltiplo: nada estranha, portanto, que a direita seja plural”?) etc. Quase ninguém é hoje partidário dessas genialidades de resultado histórico atroz. Alguns até se esqueceram de que ainda ontem à tarde professavam esses dogmas. Outros afirmam que tudo isso nunca foi “a verdadeira esquerda” e tranqüilamente expulsam da esquerda Lênin, Stálin ou Mao (com que autoridade?).

Mas muitos ainda consideram razoavelmente de esquerda Fidel Castro, Che Guevara ou o regime hoje vigente na China comunista, apesar do horror que lhes causaria ver gente assim governando seus confortáveis países europeus. Por aqui acreditamos em mecanismos mais suaves de redistribuição e já basta defendermos a previdência social, os impostos progressivos, a liberdade sindical e, claro, os direitos humanos, isto é, quase tudo aquilo que até há bem pouco a esquerda considerava mero “reformismo” ou “formalismo democrático”.

Na verdade, muitos partidos de centro ou de direita moderada também subscrevem a seu modo esses ideais, portanto é difícil considerá-los inequívocos traços distintivos da esquerda. Assim, continuamos discutindo, incansavelmente: como há de ser a esquerda? Qual é a esquerda que queremos hoje, no século 21? Mas ninguém se pergunta: por que queremos continuar sendo de esquerda hoje, no século 21? Por acaso isso é obrigatório para salvar nossa alma política ou a alma sem adjetivos?

Lamento, mas não tenho resposta para nenhuma dessas indagações. Só me ocorrem considerações muito genéricas, talvez demasiado especulativas,



Anexo 9

mas que resumirei rapidamente, caso tenham algo a ver com a questão que nos preocupa. Os seres humanos nascemos involuntariamente submetidos a uma ordem social e política que nos preexiste, fruto de acasos, ambições e reformas acumuladas durante séculos. Podemos sofrê-la passivamente, procurando não nos dar pessoalmente muito mal nela, ou podemos buscar – na teoria e na prática – o que fazer para que a ordem involuntária se torne voluntária, isto é, que requisitos as instituições deveriam reunir para que a maioria dos humanos as aceitassem e não apenas as padecessem. Obviamente, dada a finitude de nossa vida e a escassez de nossos conhecimentos, qualquer transformação social nesse sentido deverá necessariamente conservar muito para mudar pouco.

Mas que mudanças? Talvez pensar a gestão do mundo como uma questão planetária, e não como a luta entre tribos hostis? Colocar as necessidades humanas gerais como objetivo da economia, em lugar da maximização dos lucros? Impedir, em escala mundial, a guerra, o racismo, a tortura, a fome, a marginalização educacional, o abandono da infância à exploração e à violência dos adultos? Aspirar a uma renda básica de cidadania, que suprima a coação da miséria e transforme a maldição bíblica do trabalho em opção pessoal, segundo o tipo de vida que cada um deseje levar? Não sei. Creio saber que existem coisas que vale a pena tentar e outras não. Se tentar coisas que valem a pena é ser de esquerda, então serei de esquerda. Mas, para dizer a verdade, isso pouco me importa.

Fernando Savater, in *Folha de S. Paulo*, 4/3/01, Mais!, p. 15.

Anexo 10

JUSTIÇA

Rumo à justiça ou à indignidade?

Se a essência da justiça, como sabido desde Aristóteles, encontra-se na igualdade entre os homens, não é preciso grande esforço de previsão imaginativa para perceber que o futuro da espécie humana tende a ser mais injusto que o presente. A cada ano que passa, as cifras mundiais da desigualdade crescem espantosamente.

Os dados coletados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas são acachapantes. Em 1960, os 20% mais ricos da população mundial dispunham de uma renda média 30 vezes superior à dos 20% mais pobres. Em 1997, vale dizer, em menos de 40 anos, essa proporção havia mais do que dobrado: 74 a 1. Se em 1987 a legião dos párias da Terra, ou seja, os condena-



dos a viver com menos de um dólar por dia, cifrava-se em 880 milhões, atualmente essa multidão de pobres-diabos já constitui uma formidável massa de 1,2 bilhão de pessoas, isto é, nada menos do que 20% da humanidade.

Uma desproporção comparável se desenvolve em termos de preponderância militar. Nunca, em toda a história das civilizações, uma sociedade política foi tão poderosa quanto os EUA o são hoje. O orçamento militar norte-americano para 2001 é 12 vezes superior à soma de todos os demais orçamentos do mundo.

Tio Sam tem hoje à sua disposição cerca de mil mísseis nucleares e conta com 1,4 milhão de militares em serviço ativo, dos quais 250 mil estacionados fora do território americano.

Ademais, a capacidade de espionagem dessa hiperpotência mundial não tem precedentes. Graças ao concurso de vários satélites de transmissão, de cerca de 100 mil espíões espalhados pelo mundo inteiro e de 50 mil especialistas em informática, a Agência de Segurança Nacional americana chega a processar em macrocomputadores nada menos do que 95% das telecomunicações que se fazem, atualmente, nos mais diversos países.

Não escapa à análise do observador mais obtuso que essas duas realidades estão visceralmente interligadas. O primeiro império verdadeiramente mundial da história constitui a estrutura geopolítica da globalização capitalista.

Ora, após a devastação geral provocada pelo neoliberalismo triunfante, firma-se, em todos os continentes, a convicção de que o capitalismo substitui, aos poucos, o Estado totalitário como o principal adversário da democracia e dos direitos humanos. Para suscitar a esperança é preciso, pois, urgentemente, apontar à humanidade as vias de resistência a esse seu inimigo irreconciliável. Elas passam por um esforço combinado de reconstrução, tanto na cúpula quanto na base do edifício social.

Na cúpula, trata-se de instituir a supremacia do poder político sobre as forças econômicas, tanto na esfera nacional quanto na internacional. Os diferentes Estados nacionais foram sistematicamente desarticulados, ao mesmo passo em que a autoridade da Organização das Nações Unidas vem sendo minada. Há vários anos os Estados Unidos têm se recusado a pagar suas dívidas à ONU, no evidente propósito de sufocá-la.

Felizmente, na base do edifício político, um número crescente de movimentos e associações articula-se hoje, sob a coordenação da International Forum on Globalization (<http://www.ifg.org>), para denunciar, nas ruas e praças de todo o globo, a ação predatória e irresponsável do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Em janeiro de 2001, ao mesmo tempo em que os patrões do mundo reunir-se-ão, como todos os anos, em Davos (Suíça), Porto Alegre acolherá os participantes do primeiro Fórum Social Mundial, a nova instância representativa da humanidade pisoteada pelo poder capitalista.

O caminho que conduz à justiça é um só: fortalecimento do poder políti-



Anexo 10

co, com efetiva participação e controle popular; a soberania dos povos (não dos Estados nem, menos ainda, dos grandes grupos empresariais), com o integral respeito aos direitos humanos. Em suma, a boa e verdadeira democracia. Que o novo século se abra, pois, sob o impacto de uma nova convocação geral: "Povos dominados do mundo inteiro, uni-vos!" .

Fábio Konder Comparato, in *Folha de S. Paulo*, 31/12/00, Mais!, p. 14.

Anexo 11

DEMOCRACIA

Prever o futuro é tão arriscado que, podendo sempre errar, é preferível errar pelo otimismo. E há boas razões para ser otimista quanto à democracia. Nos últimos 20 anos, dobrou ou triplicou o número de pessoas que não vivem em ditadura. Talvez seja demais chamar Ucrânia ou El Salvador hoje de Estados democráticos, mas certamente há bem mais liberdade nesses países ou no Brasil, após a queda do comunismo e das ditaduras apoiadas por Washington, do que havia em 1980. A conjuntura mundial torna difícil o cenário usual, que era – ante o avanço de reivindicações populares – a CIA (Central de Inteligência norte-americana) ou o Exército Vermelho acabarem com a festa. No Brasil, assim, se os militares se mantêm em paz nos quartéis, isso não decorre infelizmente da força da sociedade, mas de um contexto internacional em que um golpe de Estado deixaria os novos e ilegítimos mandatários enfraquecidos em qualquer negociação externa.

Esse quadro geral de apaziguamento abre espaço para a expansão da democracia. Não é casual que, mais uma campanha eleitoral avança, mais os resultados favoreçam as forças progressistas. O Brasil do primeiro turno vota à direita, o Brasil do segundo vota no centro e na esquerda. Em começo de outubro dos anos pares premiamos os nostálgicos da ditadura e, no fim do mês, consagramos as forças que se opuseram a ela, mesmo que hoje estejam divididas entre PT e PSDB.

Mas resta muito por fazer. Mais que tudo, é preciso desenvolver a idéia de que a democracia não é só um regime político, mas um regime de vida. Quer dizer que o mundo dos afetos deve ser democratizado. É preciso democratizar o amor, seja erótico, paternal ou filial, a amizade, o contato com o desconhecido: tudo o que na modernidade fez parte da vida privada. É preciso democratizar as relações de trabalho, hoje tuteladas pela propriedade priva-



da. A democracia só vai se consolidar, o que pode tardar décadas, quando passar das instituições eleitorais para a vida cotidiana. É claro que isso significa mudar, e muito, o que significa democracia. Penso que cada vez mais ela terá a ver com o respeito ao outro.

Respeitar o outro implica reconhecer que ele não precisa ser como nós e aceitar sua diferença cultural, sexual, política, religiosa ou de valores, bem como admitir que tenha as mesmas chances que nós de encontrar seu caminho e de viver alimentado, vestido e saudável. É isso o que une a democracia enquanto poder do povo, comprometida com o sufrágio universal e com a justiça social, e enquanto conjunto de direitos humanos, empenhada pois em reconhecer a cada um seu rumo pessoal.

Ainda é difícil saber o que significa essa proposta. Mas o fato é que, apesar das circunstâncias atuais, a tendência de longo prazo parece ser a da democratização. É nela que devemos apostar.

Renato Janine Ribeiro, in *Folha de S. Paulo*, 31/12/00, *Mais!*, p. 7.

MÓDULO 3

CULTURA E IDEOLOGIA

Os estudos de Sociologia devem incentivar a reflexão sobre os conceitos de cultura, sistemas simbólicos e diversidades culturais, integrados aos conceitos de ideologia, de indústria cultural e de meios de comunicação de massa, com a finalidade de promover a construção e consolidação da cidadania plena (garantindo as diversidades étnicas e estéticas e realizando a crítica do consumismo).

Tempo previsto: 16 horas

Finalidades do Módulo

- Criar condições de planejar aulas e atividades pedagógicas estruturadas a partir das relações entre cultura e ideologia.
- Diversificar os tipos de dinâmicas com os quais se trabalha.
- Estabelecer relações interdisciplinares com a História, a Antropologia, a Filosofia, etc.
- Contextualizar as principais questões conceituais e metodológicas das Ciências Sociais.
- Facilitar a apropriação, pelo educando, das seguintes competências e habilidades:
 - identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum;
 - produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas;
 - construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais;
 - construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor;
 - compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual;
 - compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica;
 - construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

Conceitos

- Ideologia.
- Cultura.
- Cultura popular.
- Cultura erudita.
- Indústria cultural (cultura de massa).
- Meios de comunicação de massa.
- Consumismo.
- Diversidade cultural.
- Cotidiano.

Materiais necessários

- Lousa e giz.
- Papel sulfite.
- Textos dos Anexos.
- Aparelho de som com CD-player e toca-fitas.
- Gravação em CD ou fita K-7 das músicas:
 - “Pela internet” e “Cérebro eletrônico”, de Gilberto Gil (Anexo 7)
 - “Cinema novo”, de G. Gil e Caetano Veloso (Anexo 8)

Dinâmica de trabalho

Atividade 1

- Peça para os professores se organizarem em cinco ou seis grupos, dizendo que se proporá a elaboração de texto em conjunto.
- Escreva na lousa a palavra CULTURA e estimule que se faça nos grupos uma lista de termos e expressões que remetem à idéia ou conceito de cultura.
- Diga para cada grupo escolher um dos termos listados e anote-o na lousa, ao lado da palavra “cultura”, tomada como tema gerador.
- Em seguida, oriente cada grupo a elaborar um parágrafo que justifique a relação entre a palavra escolhida e o tema gerador.
- Peça para os grupos lerem em voz alta os parágrafos produzidos e vá escrevendo-os na lousa. Feito isso, incentive cada grupo a ordenar os parágrafos de forma a compor um pequeno texto sobre cultura.
- Promova a apresentação e comparação dos textos resultantes.
- Para encerrar, discuta com a classe alguns dos outros termos e conceitos que foram listados sem no entanto terem sido aproveitados na redação dos parágrafos.

Conceitos: cultura; tema gerador; relações entre cultura e sociedade.

Competências: produzir novos discursos sobre a realidade social, a partir das observações e reflexões realizadas; identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade, a partir da teoria e do senso comum.

Atividade 2

- Escreva na lousa e incentive os participantes a discutirem os seguintes temas:
 - Diversidade cultural no Brasil;
 - Cultura erudita e cultura popular.
- Proponha que se formem grupos, devendo cada qual elaborar um parágrafo sobre cada um dos temas propostos.
- Escolha dois grupos para apresentarem os textos que produziram.
- Em seguida, abra uma discussão coletiva sobre o tema “O público e a crítica frente à cultura”. Ao mesmo tempo, atribua a um dos grupos a tarefa de registrar e sintetizar as principais idéias que surgirem durante o debate.
- Ao fim dos trabalhos, solicite ao grupo encarregado da síntese que a apresente para a classe.

Conceitos: diversidade cultural: cultura popular e cultura erudita; crítica da cultura; ideologia e alienação.

Competências: compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.

Atividade 3

- Divida a classe em grupos e distribua o Anexo 1 (páginas 488-490).
- Dê um tempo para a leitura e análise do texto. Oriente os grupos a anotarem as idéias e conceitos novos, os quais não tenham sido explorados na Atividade anterior.
- Convide os grupos a apresentarem suas conclusões.

Conceitos: cultura popular *versus* cultura erudita; a produção da cultura; folclore; elite cultural; identidade cultural; cultura e nação; cultura popular e cultura erudita: conflito e incorporação.

Competências: identificar, analisar e comparar os paradigmas teóricos das Ciências Sociais e os do senso comum; construir instrumentos para uma melhor compreensão da realidade, ampliando a “visão de mundo” sobre a cultura brasileira.

Atividade 4

- Organize a classe em cinco grupos e distribua o Anexo 2 (páginas 491-493).
- Depois que todos tiverem lido o texto, encarregue os grupos de discutirem e sintetizarem determinadas partes do mesmo, conforme divisão proposta a seguir, devendo cada grupo trabalhar separadamente.
 - Grupos 1 e 2: idéias de Adorno e Horkheimer.
 - Grupo 3: idéias de McLuhan e Umberto Eco.
 - Grupos 4 e 5: idéias de Walter Benjamin.

- Peça para os grupos (ou alguns deles) apresentarem suas sínteses.
- A partir dos conceitos apresentados no texto, passe a analisar com toda a turma a indústria cultural brasileira em seus diversos aspectos.
- Na seqüência, coloque em debate a seguinte questão:

Como escapar das imposições da indústria cultural?

Conceitos: cultura de massa ou indústria cultural; alienação; globalização cultural; “apocalípticos” e “integrados”, a “aura” da obra de arte; resistência cultural (conscientização e educação).

Competências: construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Atividade 5

- Divida a classe em grupos e proponha que respondam por escrito a estas três questões sobre consumismo:
 - a. Como definir o comportamento consumista?
 - b. Quais são suas causas?
 - c. O consumismo pode ser terapêutico?
- Terminada a tarefa, solicite que dois ou três grupos apresentem suas respostas para a turma. Incentive os grupos restantes a participarem com comentários e complementações.
- Distribua o Anexo 3 (páginas 494-495), dizendo para cada grupo elaborar uma síntese do texto.
- Peça para dois grupos apresentarem suas sínteses.
- Proponha que os grupos elaborem por escrito, a partir do texto do Anexo 3, questões ou temas para debates.
- Peça para os grupos partilharem os resultados obtidos.
- Promova uma reflexão coletiva sobre os trabalhos realizados ao longo da Atividade.

Conceitos: sociedade de consumo; consumo como relação social, formação da identidade social; consumo como terapia.

Competências: construir a identidade social, cultural e política; construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Atividade 6

- Com a classe organizada em grupos, distribua o Anexo 4 (página 496) e dê um tempo para a leitura do texto.
- Escreva na lousa a questão abaixo, solicitando que os grupos a respondam por escrito.

Quais relações podem ser estabelecidas entre o texto “Tigrão, a Febem e nós”, a indústria cultural e o consumismo?

- Promova uma rodada de apresentações das respostas.

Conceitos: a mídia como fator de integração nacional e social, modernização e exclusão social.

Competências: construir a identidade social, cultural e política; construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo”; construir uma visão mais crítica da indústria cultural.

Atividade 7

- Distribua o Anexo 5 (página 497) e peça para alguém ler o texto em voz alta.
- Coloque em debate a questão:

Como analisar este texto a partir das teorias estudadas sobre a indústria cultural?

- Para encerrar, lidere uma reflexão acerca do uso de texto jornalístico para contextualizar e retomar informações teóricas.

Conceitos: teorias da indústria cultural (apocalípticos e integrados); contextualização de conceitos aprendidos.

Competências: identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade; produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais; construir uma visão mais crítica sobre a indústria cultural e os meios de comunicação de massa.

Atividade 8

- Escreva na lousa:

A imprensa, o cinema, as histórias em quadrinhos e as telenovelas podem ser vistos como reservatórios dos mitos de nossa sociedade.

- Proponha que os professores, reunidos em grupos, discutam a afirmação, tentando estabelecer um conceito de mito/mitologia e seu papel/função em nossa sociedade (e também em outras, se possível).
- Em seguida, abra um debate coletivo e coloque em discussão, um após o outro, os temas:
 - a. mito e religião: relações possíveis;
 - b. mito e ideologia: relações possíveis.
- Após os debates, peça para os grupos elaborarem, por escrito, um pequeno texto destacando as relações entre mito/mitologia e cultura/indústria cultural.
- Convide dois grupos para apresentarem suas conclusões e estimule a participação dos demais.

- Sugira que se debata nos grupos a importância e necessidade de se analisar, com os alunos, o consumo dos produtos da indústria cultural, tais como as telenovelas e as histórias em quadrinhos.
- Abra espaço para que os grupos relatem suas conclusões.

Conceitos: mito/mitologia; mito e religião; mito e ideologia; mito e cultura; mito e indústria cultural.

Competências: construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa; produzir novos discursos sobre a realidade social; identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade.

Atividade 9

- Escreva na lousa as questões a seguir e proponha que os participantes se reúnam em grupos para respondê-las por escrito.
 - a. A internet beneficia ou prejudica a aprendizagem?
 - b. Em que medida a navegação na rede altera o conceito de aprendizagem?
 - c. Ela pode desbancar o ensino tradicional?
- Quando os grupos tiverem terminado, solicite que dois deles leiam suas respostas.
- Distribua o Anexo 6 (páginas 497-499) e sugira que os grupos elaborem sínteses das respostas de cada um dos autores.
- Escolha dois grupos, um para apresentar as respostas de Valdemar Setzer e o outro, as de Rogério da Costa.
- Amplie a discussão, convidando todos os grupos a emitirem suas conclusões finais.

Conceitos: internet e aprendizagem; educação e meios de comunicação; formação e informação.

Competências: construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas"; construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa.

Atividade 10

- Distribua o Anexo 7 (páginas 499-501) e promova a audição das duas músicas ali transcritas, utilizando-se de CD-player ou toca-fitas, conforme as condições disponíveis. Diga para os professores acompanharem cada música com a letra na mão.
- Proponha que se formem grupos com o objetivo de discutir e analisar as letras.
- Na seqüência, peça para alguns grupos apresentarem suas análises e incentive os outros grupos a participarem com comentários.
- Abra uma discussão coletiva sobre a importância da visão do artista sobre os fenômenos sociais e culturais. Se achar conveniente, utilize os Conceitos e Competências listados a seguir como fio condutor do debate.

- Para finalizar, leve os participantes a analisarem conclusivamente a Atividade e vá fazendo uma síntese na lousa.

Conceitos: a visão poética da cultura e dos meios de comunicação; globalização via internet; a dialética homem *versus* máquina.

Competências: compreender as transformações no mundo do trabalho; melhorar a compreensão da vida cotidiana; produzir novos discursos sobre a realidade social; identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade.

Atividade 11

- Proponha que os participantes façam individualmente uma relação dos espaços culturais existentes em suas cidades/regiões.
- Forme uma grande roda e peça para cada professor se manifestar em resposta às seguintes perguntas:
 - a. De que forma seus alunos têm contato com a " cultura erudita" ?
 - b. Que atividades culturais são desenvolvidas em sua escola?
 - c. Qual a intensidade do estudo da cultura brasileira em sua escola?
 - d. De que maneira você se utiliza dos fenômenos/produtos culturais em suas aulas?
- Em seguida, encaminhe as conclusões gerais.

Conceitos: fenômenos culturais e educação; espaços culturais e educação; atividades culturais como atividades de formação do cidadão.

Competências: construir a identidade social, política e cultural; compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais; ampliar a "visão de mundo" e o "horizonte de expectativas".

Atividade 12

- Distribua o Anexo 8 (páginas 501-502) e em seguida promova a audição da música " Cinema novo" . Diga para os professores acompanharem-na com a letra na mão.
- Proponha que se formem grupos para analisar a música.
- Peça para dois ou mais grupos apresentarem suas análises e estimule os demais a participarem das discussões.
- Coloque em debate o Cinema Novo e a Bossa Nova como fenômenos culturais brasileiros (apresentados em forma de samba).
- Finalize enfatizando o papel do professor de Sociologia como incentivador da investigação, por seus alunos, da cultura brasileira em seus múltiplos aspectos.

Conceitos: Cinema Novo; Bossa Nova; o professor como incentivador cultural.

Competências: construir a identidade social, política e cultural; compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais, agindo de modo a preservar a diversidade cultural.

O Módulo 3 foi elaborado com a preocupação de abordar alguns dos principais conteúdos que ligam a pesquisa sociológica à produção cultural das sociedades: cultura e sociedade; cultura erudita e cultura popular; indústria cultural e meios de comunicação de massa; mitologia, alienação e ideologia; cultura brasileira; consumo; internet e aprendizagem; visão do artista sobre os fenômenos sociais e, finalmente, a resistência cultural à globalização. Houve a preocupação de enfatizar a necessidade de o estudante brasileiro poder fruir os fenômenos artísticos e os espaços culturais disponíveis e, também, de realçar o papel do professor como incentivador cultural.

Dessa forma, o Módulo atende às indicações e solicitações dos PCNEM sobre a necessidade de se trabalhar, nas escolas, com a produção cultural brasileira e global, para se formar e desenvolver um olhar crítico sobre a indústria cultural e sobre as manifestações mais importantes e legítimas da humanidade.

Consulte também

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ROCHA, Everardo. *O que é mito*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual, 1993.

Após analisar as definições de ideologia e de cultura, vamos iniciar um novo plano de reflexão, em que entram direta ou indiretamente em debate tanto o conceito de cultura como o de ideologia. Estudaremos, agora, uma questão que continua em discussão nas ciências sociais, que é a existência de duas formas específicas de cultura em nossa sociedade: a cultura popular e a cultura erudita.

O que seria erudito? O que seria popular? O que distinguiria o popular do erudito? A que grupo ou classe social poderíamos associar cada um desses conceitos? Haveria algum critério de valor a separar esses conceitos, isto é, seria possível ou correto compará-los e julgá-los?

O “popular” relaciona-se ao povo; o “erudito”, à elite (ou classe dominante, se preferirmos). Essa seria, sem dúvida, a associação mais imediata a ser feita com esses conceitos. Mas para fazer ou não essa associação é preciso analisar os porquês daquela oposição inicial. Por que distinguir dois tipos de cultura e dar a eles valores diferenciados?

A questão da existência de uma cultura popular versus uma cultura erudita implica modos diferenciados de ser, pensar e agir, associados aos detentores de uma ou de outra cultura. Falar em cultura popular significa falar, simultaneamente, em religião, em arte, em ciência populares – sempre em oposição a um similar erudito, que pode ser traduzido em dominante, dada a dimensão dicotômica (dominante versus dominado) que caracteriza a sociedade capitalista.

Mas como defini-las e distingui-las? A pergunta permanece. Há autores, como veremos adiante, que dizem já não ser possível pensar em cultura puramente popular ou puramente erudita numa sociedade como a nossa, integrada e padronizada pela cultura de massa, ou indústria cultural. Outros autores discordam dessa postura, diferenciando não duas, mas três culturas, em constante inter-relação: a cultura popular, a cultura erudita e a indústria cultural, esta última muitas vezes atuando como uma espécie de ponte entre as duas primeiras. Mas, por enquanto, tentemos nos fixar especificamente na discussão ainda não resolvida, como já foi dito, referente à compreensão do erudito e do popular na contraditória sociedade capitalista que vivemos.

Cultura erudita e cultura popular: o que são e quem as produz?

Definir cultura erudita aparentemente não ocasiona grandes problemas. Ao pensarmos em cultura erudita, quase automaticamente a associamos ao plano da escrita e da leitura, do saber universitário, dos debates, da teoria e do pensamento científico. Já definir cultura popular não é assim tão simples. Na verdade, definir cultura popular representa uma polêmica que cientistas sociais, historiadores e pensadores da cultura em geral mantêm até hoje. E, se essa polêmica ainda existe, é possível concluir que há várias definições de “popular”.

Ao pensarmos em cultura erudita, imediatamente concluímos que seus produtores fazem parte de uma elite política, econômica e cultural que pode ter acesso ao saber associado à escrita, aos livros, ao estudo. A resposta já não é tão imediata quando perguntamos quem são os produtores da cultura popu-



lar. Mas afirmar que os produtores da cultura erudita fazem parte de uma elite não significa dizer que essa cultura seja homogênea. Para os antropólogos Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro, é impossível definir cultura erudita, porque não podem ser homogeneizados os elementos culturais produzidos por intelectuais, fazendeiros, empresários, burocratas, etc. Porém, é igualmente impossível definir cultura popular, dadas as produções culturais diferenciadas de camponeses, operários, classes médias baixas, etc.

De qualquer forma, não podemos perder de vista que o espaço reservado na sociedade para cada uma das duas culturas é bastante diferenciado. Enquanto a cultura erudita é transmitida pela escola e confirmada pelas instituições (governo, religião, economia), existe uma outra cultura que não se encontra nos esquemas oficiais. Mas onde está essa cultura? Para descobrir o seu lugar, pensemos nas definições que os estudiosos têm dado ao conceito de cultura popular. O historiador inglês Peter Burke define a cultura popular como uma cultura não oficial, do povo comum. Nesse sentido, o autor segue o pensamento de Antonio Gramsci, para quem a cultura popular é a cultura do povo, e os seus produtores são as classes subalternas. Para Gramsci, a cultura popular, por ser ligada à tradição, é conservadora. No entanto, por ser capaz de incorporar e reconstruir novos elementos culturais, é também inovadora.

Segundo o antropólogo brasileiro Carlos Brandão, quem faz cultura popular ou folclore (voltaremos mais tarde a esse conceito) nem sequer imagina que o que faz tem um outro nome, tem uma ou outra definição, causa ou não causa polêmicas entre intelectuais. As populações que os estudiosos aproximariam do conceito e da prática da cultura popular (ou do folclore) vivem, têm suas atividades cotidianas, divertem-se, têm suas maneiras de ver o mundo e entender a vida, cantam, dançam, sentem e trabalham. Essas coisas seriam cultura popular? Essas coisas seriam folclore, ou, como Brandão ouviu em suas andanças pelo interior do Brasil, "focrore"?

Além disso, talvez seja importante refletir sobre mais uma última questão: que pessoas se interessam por essas definições? E aqui a resposta é rápida: mais do que aos próprios produtores da chamada cultura popular, essas questões interessam aos estudiosos, que, por sinal, numa associação mais imediata, seriam associados à elite e à esfera da cultura erudita, já que lêem, escrevem e debatem.

Cultura popular e cultura erudita: conflito e incorporação

A questão presente em todos esses movimentos culturais, dos mais antigos aos mais recentes, refere-se à real definição do popular e do erudito. Se o popular fosse considerado exclusivamente como tradição e, portanto, como algo a ser conservado e protegido, introduzir guitarras elétricas no que se convencionou chamar de "música popular brasileira" seria inaceitável (e, de fato, isso causou escândalo na década de 60, quando o Tropicalismo e mesmo a Jovem Guarda de Roberto Carlos surgiram – e com eles, as guitarras, os cabelos compridos, as calças apertadas).



Se, por outro lado, o erudito significasse somente aquilo a que se convencionou chamar de “belas-artes”, música e teatro clássicos, não se poderia pensar na transcrição para a linguagem plástica, escrita e musical de imagens, poemas e canções do folclore (e estes, por sua vez, só seriam folclore, ou cultura popular, se fossem passados oralmente, de pai para filho, sem alterações, ao longo dos séculos).

Como sabemos, nada disso acontece. Numa sociedade complexa como esta em que vivemos, não é possível ignorar as inter-relações estabelecidas entre a cultura erudita e a cultura popular e sua importância no próprio estabelecimento e manutenção da sociedade. A cultura erudita procura compreender e incorporar elementos da cultura popular (segundo muitos autores até para melhor dominá-la). Isso não significa, porém, que a cultura popular não resista a essa incorporação e não incorpore e reelabore, ela mesma, elementos tradicionalmente associados à cultura erudita.

Para compreender todas essas inter-relações é preciso pensar que todos os elementos enumerados no início do item “Cultura popular e cultura erudita no Brasil” – festas, literatura, culinária, religião, etc. – trazem em si a organização político-econômico-cultural do país, suas regras, suas contradições. Apesar de estarem associados imediatamente a uma certa visão do povo e da cultura popular brasileira, da elite e da cultura erudita, esses elementos não são necessariamente harmoniosos nem estão parados no tempo. Ao contrário, vão se transformando, ao longo da história e das relações sociais, num movimento dinâmico e incessante que é o que caracteriza o ser humano e a vida em sociedade.

Para ilustrar, poderíamos utilizar o exemplo da feijoada. Com o passar do tempo, ela deixou de ser comida de escravos e passou a ser um símbolo de nacionalidade, sendo servida não só nos restaurantes simples como nos requintados. Para compreender a cultura e seus significados, é necessário acompanhar as etapas de transformação de seus elementos, como no exemplo da feijoada, e tentar descobrir as suas causas.

Existe uma tendência a se considerar tudo aquilo que se relaciona com a cultura popular como algo antigo, ultrapassado, que precisa acabar e dar lugar ao novo, ao moderno (em geral associado ao erudito). Curiosamente, muito do que se convencionou chamar de velho e ultrapassado é associado também à identidade nacional, isto é, àqueles elementos que fazem com que uma determinada população se identifique como um grupo de pessoas possuidor dos mesmos interesses, objetivos e visão de mundo; em resumo, que se identifique como nação. Esses elementos, se por um lado reforçam a identidade, por outro acabam estimulando a padronização de gostos, interesses e necessidades, fazendo com que as pessoas se esqueçam de que vivem em uma sociedade por definição contraditória, já que dividida em classes.

A indústria cultural vai ser um elemento-chave para pensarmos nessas questões.

Nelson Dácio Tomazi, *Iniciação à Sociologia*, São Paulo, Atual, 1993, p. 179-182, 190-191.

Cultura de massa ou indústria cultural

Entre os autores preocupados em definir a indústria cultural ou cultura de massa e compreender o seu papel na sociedade atual, existem posições diferentes e até opostas. De maneira breve, examinemos algumas visões sobre a questão.

O termo *indústria cultural* foi criado por Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), membros de um grupo de filósofos conhecido como Escola de Frankfurt. Ao fazerem a análise da atuação dos meios de comunicação de massa (que a partir de agora serão chamados pela sigla mdcm), esses autores concluíram que eles funcionavam como uma verdadeira indústria de produtos culturais, visando exclusivamente ao consumo. Conforme Adorno, a indústria cultural vende mercadorias, mas, mais do que isso, vende imagens do mundo e faz propaganda deste mundo tal qual ele é e para que ele assim permaneça.

Segundo os dois autores, a indústria cultural pretendia integrar os consumidores das mercadorias culturais, agindo como uma ponte nociva entre a cultura erudita e a popular. Nociva porque retiraria a seriedade da primeira e a autenticidade da segunda. Adorno e Horkheimer vêem a indústria cultural como qualquer indústria, organizada em função de um público-massa (abstrato e homogeneizado) e baseada nos princípios da lucratividade.

Poderíamos pensar, a partir do que os autores indicam, que a indústria cultural venderia mercadorias culturais como pasta de dentes ou automóveis, e o público receberia esses “produtos” sem saber diferenciá-los ou sem questionar seu conteúdo. Assim, após uma sinfonia de Beethoven, uma estação de rádio poderia veicular o anúncio de um restaurante e, depois dele, noticiar um golpe de Estado ou terremoto, sem nenhuma profundidade, sem nenhuma discussão. Nesse sentido, é preciso observar como essa sucessão de música, propaganda e notícia ilustra o caráter fragmentário dos mdcm, principalmente o rádio e a televisão (esta, por sinal, profundamente criticada por Adorno).

Os meios tecnológicos tornaram possível reproduzir obras de arte em escala industrial. Para os autores, essa produção em série (por exemplo, os discos de música clássica, as reproduções de pinturas, a música erudita como pano de fundo de filmes de cinema) não democratizou a arte. Simplesmente, banalizou-a, descaracterizou-a, fazendo com que o público perdesse o senso crítico e se tornasse um consumidor passivo de todas as mercadorias anunciadas pelos mdcm. Nesse caso, o fato de um operário assobiar, durante o seu trabalho, um trecho da ópera que ouviu no rádio não significaria que ele estaria compreendendo a profundidade daquela obra de arte, mas apenas que ele a memorizou, como faria com qualquer canção sertaneja, romântica, ou mesmo um *jingle* que ouvisse no mesmo rádio.

Para Adorno, a indústria cultural tem como único objetivo a dependência e a alienação dos homens. Ao maquiagem o mundo nos anúncios que veicula, ela acaba seduzindo as massas para o consumo das mercadorias culturais, a fim



Anexo 2

de que elas se esqueçam da exploração que sofrem nas relações de produção. A indústria cultural estimularia, portanto, o imobilismo.

Ao contrário de Adorno e Horkheimer, Marshall McLuhan (1911-1980) via a atuação dos mdcm de maneira otimista. Estudando principalmente a televisão, o autor acreditava que ela poderia aproximar os homens, diminuindo as distâncias não apenas territoriais como sociais entre eles. O mundo iria transformar-se, então, numa espécie de “aldeia global”, expressão que acabou ficando clássica entre os teóricos da comunicação.

O crítico Umberto Eco, por sua vez, faz uma distinção polêmica entre os autores dedicados ao estudo da indústria cultural. Segundo ele, esses autores dividem-se entre “apocalípticos” (aqueles que criticam os meios de comunicação de massa) e “integrados” (aqueles que os elogiam). Entre os motivos para criticar os mdcm, segundo os “apocalípticos”, estariam:

- a veiculação que eles realizam de uma cultura homogênea (que desconsidera diferenças culturais e padroniza o público);
- o seu desestímulo à sensibilidade;
- o estímulo publicitário (criando, junto ao público, novas necessidades de consumo);
- a sua definição como simples lazer e entretenimento, desestimulando o público a pensar, tornando-o passivo e conformista.

Nesse sentido, os mdcm seriam usados para fins de controle e manutenção da sociedade capitalista.

Entre os motivos para elogiar os mdcm, apontados pelos “integrados”, estariam:

- serem os mdcm a única fonte de informação possível a uma parcela da população que sempre esteve distante das informações;
- as informações veiculadas por eles poderem contribuir para a própria formação intelectual do público;
- a padronização de gosto gerada por eles funcionar como um elemento unificador das sensibilidades dos diferentes grupos.

Nesse sentido, os mdcm não seriam característicos apenas da sociedade capitalista, mas de toda sociedade democrática.

Eco irá criticar as duas concepções. Os “apocalípticos” estariam equivocados por considerarem a cultura de massa ruim simplesmente por seu caráter industrial. Para Eco, não se pode ignorar que a sociedade atual é industrial e que as questões culturais têm que ser pensadas a partir dessa constatação. Os “integrados”, por sua vez, estariam errados por esquecerem que normalmente a cultura de massa é produzida por grupos de poder econômico com fins lucrativos, o que significa a tentativa de manutenção dos interesses desses grupos através dos próprios mdcm. Além disso, não é pelo fato de veicular produtos culturais que a cultura de massa deva ser considerada naturalmente boa, como querem os “integrados”.



Eco acredita que não se pode pensar a sociedade moderna sem os mdcm. Nesse sentido, sua preocupação é descobrir que tipo de ação cultural deve ser estimulado para que os mdcm realmente veiculem valores culturais.

Nesse sentido, o papel dos intelectuais será fundamental, pois eles é que irão fiscalizar e exigir que isso aconteça.

Outro autor também ligado à Escola de Frankfurt, mas com uma concepção diferente do papel da indústria cultural, é Walter Benjamin (1886-1940). Para ele, a revolução tecnológica do final do século XIX e início do século XX não acabou com a cultura erudita, como pensavam Adorno e Horkheimer, mas alterou o papel da arte e da cultura. Os mdcm e suas novas formas de produção cultural propiciaram mudanças na percepção e na assimilação do público consumidor, podendo, inclusive, gerar novas formas de mobilização e contestação por parte desse público.

Para Benjamin, a possibilidade de reprodução técnica das obras de arte retirou delas o seu caráter único e mágico (o que ele chama de sua "aura"). Em compensação, possibilitou que elas saíssem dos palácios e museus e fossem conhecidas por um número infinito de pessoas. Por exemplo, a reprodução fotográfica permitiu que qualquer pessoa pudesse ter em sua sala as clássicas *Monalisa* e *Santa ceia*, de Leonardo da Vinci; a reprodução fonográfica fez com que muito mais pessoas pudessem escutar (e quantas vezes quisessem) uma sinfonia de Mozart.

O impacto que a indústria cultural moderna pode provocar no público consumidor não seria, portanto, necessariamente negativo, podendo, ao contrário, contribuir para a emancipação desse público e para a melhoria da sociedade, uma vez que ampliaria o seu horizonte de conhecimento.

Muitos críticos consideram a visão de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural conservadora. Segundo eles, a posição desses autores, ao dizerem que a indústria cultural banalizaria a cultura erudita (que eles denominavam "alta cultura"), seria de valorizar a cultura burguesa. E não apenas isso, seria também de depreciar a cultura popular, que, segundo eles, ficaria ainda mais simplificada no âmbito da indústria cultural, e a própria capacidade crítica do público, considerado mero consumidor de mercadorias culturais, produzidas industrialmente.

Essas diferentes visões sobre a indústria cultural, expostas de maneira simplificada, poderão servir como elementos para refletirmos sobre a questão da indústria cultural no Brasil.

Nelson Dácio Tomazi, *Iniciação à Sociologia*, São Paulo, Atual, 1993.

3 QUESTÕES SOBRE CONSUMISMO

1. Como definir o comportamento consumista?
2. Quais são suas causas?
3. O consumismo pode ser terapêutico?

Ana Verônica Mautner responde

1. Comportamento consumista está associado, em primeiro lugar, à idéia de exagero e também à condição de insaciabilidade. O sujeito quer mais, sempre mais. Nessa etapa do processo ocorre uma mudança qualitativa. Ele deixa de apenas querer para querer exibir. Não se trata de exibir o que comprou. A exibição está no ato da troca, que culmina na aquisição. É no ato de conseguir a posse do bem, ou coisa, que encontramos a gratificação máxima do consumista. A questão, pois, reside no tema do poder. Eu quero (peço, encomendo, tomo). Pago e depois levo. Resumindo, diria que o comportamento consumista se caracteriza por uma insaciável necessidade de exibir poder. Às vezes o que se adquire é colecionado ou consumido ou distribuído ou simplesmente guardado. De qualquer forma, a negociação, a troca, contém o “gozo” que mantém o comportamento que psicólogos enquadram na categoria de compulsivo: o prazer no ato da compra é a gratificação que mantém o comportamento consumista.

2. A mobilidade social, característica essencial do mundo moderno, exige dos membros da sociedade uma flexibilidade que nem sempre conseguimos. Nessa questão, crises egóicas de poder fluem para o consumo. Daí até que o ato de comprar sobrepuje a necessidade de ter é menos do que um passo. “O que” e “como” consumimos tornam-se nosso cartão de visita. O ato de comprar é, nesse contexto, elemento volátil na formação da identidade.

3. O comportamento consumista enquanto fator de formação de identidade exerce o mesmo tipo de terapia que os remédios anestésicos: dá um descanso ao sofredor. Diminui a dor psíquica que sentimos quando elementos identificatórios não estão definidos. Quando a intolerância à dor atinge formas patológicas, seu uso deixa de ser terapêutico para tornar-se o causador de outras dores. É como a aspirina, que, tomada em excesso, dá azia. Comportamento consumista cria conflitos no lar, gera dívidas, juro e outros tantos inconvenientes. O comportamento consumista pode ser visto, pois, como uma das tentativas de que dispomos para driblar a sensação de impotência que a forma de organização da sociedade moderna (massa de indivíduos à procura de individuação) gera em seus membros.

Everardo Rocha responde

1. O consumo, na sociedade moderna, se liberta dos limites da tradição para se tornar um princípio fundamental, isto é, um sistema que, para além de saciar “necessidades” biológicas ou econômicas, serve a que os



indivíduos estabeleçam semelhanças e diferenças entre si. A chamada “ sociedade de consumo ” nasce de um longo processo histórico, que envolve marcos como a corte elisabetana (século 16), o romantismo (século 18 e início do 19) e os meios de comunicação de massa (séculos 19 e 20); em si mesmo, tal modelo não é um mal, e sim uma “ linguagem ”, que visa a singularizar “ indivíduos ” em princípio iguais (pela democracia e o mercado). O mal está na apropriação indébita dessa linguagem – que podemos chamar de “ consumismo ”.

2. Nesse caso, o “ consumo, logo comunico ” dá lugar ao “ consumo, logo existo ”, e a pessoa vê a si própria e todos os valores reduzidos à compulsão e ao sofrimento de “ possuir ” sempre mais. Esquecemos, assim – vide nossos festejos de Natal –, o que as festas primitivas (“ kula ”) tinham como postulado básico: o ato de trocar, a “ relação ”, vale mais que as coisas dadas ou recebidas.

Como sugeri na resposta anterior, a atitude consumista é uma distorção, uma apropriação perversa das modernas regras de sociabilidade. Não vejo, por exemplo, na mídia o poder de manipulação suficiente para que fosse julgada “ a responsável ” por esse comportamento. Creio, antes, que o consumismo é uma variante exacerbada da sociedade de consumo, que se pode identificar em personagens como a protagonista de “ Madame Bovary ” (1857), de Gustave Flaubert, ou James Bond, cujas roupas, bebidas, mulheres, cigarros transmitiam o ideário “ american way ” do período da Guerra Fria.

3. A pessoa que se separou e sai para as compras não resolverá, com isso, seu problema interno – ao contrário do que crê o consumista –, mas poderá ritualizar a tristeza, do mesmo modo como, antigamente, a roupa preta sinalizava a entrada e saída no período de luto: nos dois casos, o consumo ajuda à expressão de um outro olhar. Nesse sentido, consumir é terapêutico, assim como o é para o amigo que, dando um presente ao outro, exprime e reforça esse vínculo.

In *Folha de S. Paulo*, 17/12/00, Mais!, p. 3.

Ana Verônica Mautner é psicanalista e escritora, autora de *Crônicas científicas*;
Everardo Rocha é antropólogo e professor de Comunicação Social na PUC-RJ,
autor de *A sociedade do sonho*.

Anexo 4

Tigrão, a Febem e nós

SÃO PAULO - Não houve ontem, ao que consta, nenhuma morte, nenhuma rebelião na Febem, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (sic). Na falta de notícia mais emocionante, programas de TV dedicados à "família brasileira" devem tê-la divertido com o funk do Tigrão.

O fenômeno musical (?) da vez, oriundo do Rio, chegou aos bolsões ricos de São Paulo. Tchutchuquinhas dos Jardins e da Vila Olímpia (bairro novo-rico da capital que explica por que Maluf é possível) imitam as "minas" da Cidade de Deus, boca quente do crime no Rio. Repetem sorrindo que "um tapinha não dói".

A anomia da periferia se integra ao Brasil legal pela mídia, na forma de espetáculo. A violência temperada com sexo, à Gilberto Freyre, que todos consomem como diversão pela TV, é regularmente intercalada com o show de horror ao vivo da Febem. A convivência das duas coisas explica muito da exclusão brasileira.

Se algum sociólogo se dispusesse a vasculhar a história da turma do Tigrão, na Cidade de Deus, e dos "manos" de Batoré, na Febem, encontraria provavelmente uma origem comum. Seus avós começaram a engordar, ainda nos anos JK, uma imensa periferia que foi excluída dos benefícios da modernização. Três ou quatro gerações de promessas frustradas e pauperização criaram esses tipos brasileiros, diante dos quais a classe média se diverte ou se horroriza.

Na Febem ou fora dela, jovens miseráveis não têm mais a ilusão de que serão incorporados à vida decente. Sobrevivendo no inferno, como diz Mano Brown, não acreditam mais, como seus pais ou avós, que uma vida de privações e esforços poderia ser recompensada por um futuro melhor, para seus filhos que fosse.

Que ninguém se iluda: caso perdido, a Febem deixou há muito de ser encarada como problema, desde que quem ali morra antes de virar adulto permaneça enjaulado. O Brasil já integrou seus tigrões. Basta ligar a TV.

Fernando de Barros e Silva, in *Folha de S. Paulo*, 19/3/01, p. A-2.

TV alavanca romance de Eça de Queirós

Clássico da literatura portuguesa do século 19, “Os Maias” se beneficia da adaptação para a televisão e entra em quinto lugar no ranking Datafolha.

Um clássico português do século 19, o romance “Os Maias”, aparece na quinta colocação do ranking Datafolha dos livros mais vendidos em ficção. O romance, que narra a decadência da aristocracia portuguesa do século 19, se beneficiou da adaptação para a TV, que resultou na minissérie que está sendo veiculada pela Globo. “Os Maias”, que tem edições da Nova Alexandria, L&PM e Ediouro, é o mais vendido na lista só do Rio de Janeiro, embora não figure no ranking em São Paulo. O primeiro lugar na capital paulista, e também no ranking geral das duas cidades, em ficção, ficou com “Ninguém É de Ninguém”, de Zibia Gasparetto.

Folha de S. Paulo, 4/3/01, Mais!, p. 22.

3 QUESTÕES SOBRE EDUCAÇÃO E INTERNET

1. A internet beneficia ou prejudica a aprendizagem?
2. Em que medida a navegação na rede altera o conceito de aprendizagem?
3. Ela pode desbancar o ensino tradicional?

Valdemar Setzer responde

1. Depende. Se for criança ou jovem até uns 16 anos de idade, prejudica muitíssimo, pois acelera indevidamente o desenvolvimento.

2. A educação sempre foi altamente contextual: um pai sempre examina um livro antes de comprá-lo para seu filho; uma professora dá uma aula tendo em vista o que ela deu em dias anteriores, a maturidade da classe e, idealmente, de cada aluno etc. A internet é totalmente descontextualizada. Crianças e jovens não têm capacidade para decidir o que é adequado para eles, pois, se tiverem, estarão indevidamente se comportando como adultos. TV, joguinhos eletrônicos e computador – e a internet em particular – produzem aceleração altamente prejudicial: qualquer queima de etapas em desenvolvimento e educação produz desequilíbrios fisiológicos e psicológicos.

Além disso, o que se obtém por meio da internet são dados, eventualmente interpretados como informação. Esta é quase irrelevante diante do que



Anexo 6

a educação deveria ser: desenvolvimento de capacidades sociais, artísticas e científicas, principalmente por meio de vivências reais e não de abstrações virtuais.

3. Sim, pois estamos num mundo verdadeiramente cão, onde as pessoas – em grande parte devido aos meios eletrônicos – perderam a sensibilidade, a intuição sobre o que deve ser uma educação sadia e equilibrada, adequada a cada idade. Essa perda não foi, em geral, substituída por uma necessária conceituação holística do que é o ser humano e a sua educação. Estamos na “era do cosmético”; ele é mais importante do que o conteúdo.

TV, joguinho e computador são especialistas em cosméticos, atraindo pela forma, não pelo conteúdo, pela virtualidade, não pela realidade. A atração que o uso do computador na educação exerce nas crianças e jovens deveria servir de alerta para o fato de que ela está falida, pois é um absurdo uma máquina atrair mais do que um ser humano. A “escola do futuro” deveria ser mais humana, e não mais tecnológica, pois esta vai produzir futuros adultos menos humanos, comportando-se como animais e máquinas.

O nazismo será fichinha perto do que essas crianças e jovens informatizados farão no futuro (e estão começando a fazer) e o sofrimento por que passarão.

Rogério da Costa responde

1. Talvez o que mais prejudique o aprendizado seja a própria idéia que temos de aprendizagem. Se acreditarmos que alguém possa aprender de modo diverso do que é proposto pelo sistema professor-aluno, que é possível aprender quando trocamos idéias com outras pessoas, que, ao relacionarmos informações dispersas, estamos, de algum modo, produzindo conhecimento, então a internet beneficia o aprendizado. Por outro lado, não há nada que prejudique mais o aprendizado tradicional do que um professor despreparado ou mal amparado materialmente. Esse problema a internet não irá resolver, mas poderá ajudar a resolver.

2. A navegação na rede significa, basicamente, a possibilidade de explorarmos de um modo não-linear universos distintos de informações e conhecimentos. Ora, a idéia de “exploração”, por si só, já nos convida a refletir sobre a aprendizagem de uma maneira distinta daquela que comumente entendemos: a “recepção” do conhecimento exclusivamente por meio do professor. Porém a própria atividade de exploração dos mundos virtuais requer um aprendizado! Isso nos leva a crer que o ensino tradicional terá um papel importante a desempenhar nesse aspecto: ensinar o aluno a ser ele próprio o explorador de seu universo de interesses. As comunidades virtuais e o aprendizado coletivo que elas implicam constituem outro aspecto fundamental da navegação em rede. Aprender a “aprender coletivamente” talvez seja uma outra tarefa para o ensino fundamental.



3. Penso que não é produtivo estabelecermos uma concorrência entre o ensino por meio de ambientes virtuais e o ensino tradicional. Ao contrário, eles podem ser vistos como perfeitamente complementares. Cabe lembrar, no entanto, que o fato de estarmos sendo provocados a pensar o ensino via internet, com todo o desafio que isso significa e com toda a riqueza que ele nos promete, nos faz refletir sobre a própria arquitetura do ensino tradicional que temos hoje. Isso nos leva a crer que nossa relação com o ensino presencial se tornará cada vez mais complexa, mais crítica e, esperamos, mais rica em mudanças e inovações.

In *Folha de S. Paulo*, 23/7/00, Mais!, p. 3. Valdemar Setzer é professor do Departamento de Ciência da Computação da USP, autor de *Introdução à rede internet e seu uso*; Rogério da Costa é professor de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, autor de *Limiares do contemporâneo*.

Texto 1

PELA INTERNET

Gilberto Gil

*CRIAR MEU WEB SITE
FAZER MINHA HOME-PAGE
COM QUANTOS GIGABYTES
SE FAZ UMA JANGADA
UM BARCO QUE VELEJE
QUE VELEJE NESSE INFOMAR
QUE APROVEITE A VAZANTE DA INFOMARÉ
QUE LEVE UM ORIKI DO MEU VELHO ORIXÁ
AO PORTO DE UM DISQUETE DE UM MICRO EM TAIPE*

*UM BARCO QUE VELEJE NESSE INFORMAR
QUE APROVEITE A VAZANTE DA INFORMARÉ
QUE LEVE MEU E-MAIL ATÉ CALCUTÁ
DEPOIS DE UM HOT-LINK
NUM SITE DE HELSINQUE
PARA ABASTECER*

*EU QUERO ENTRAR NA REDE
PROMOVER UM DEBATE*



Anexo 7

*JUNTAR VIA INTERNET
 UM GRUPO DE TIETES DE CONNECTICUT
 DE CONNECTICUT ACESSAR
 O CHEFE DA MACMILÍCIA DE MILÃO
 UM HACKER MAFIOSO ACABA DE SOLTAR
 UM VÍRUS PARA ATACAR PROGRAMAS NO JAPÃO
 EU QUERO ENTRAR NA REDE PRA CONTACTAR
 OS LARES DO NEPAL, OS BARES DO GABÃO
 QUE O CHEFE DA POLÍCIA CARIOCA AVISA PELO CELULAR
 QUE LÁ NA PRAÇA ONZE TEM UM VIDEOPOKER PARA SE JOGAR*

Texto 2

CÉREBRO ELETRÔNICO

Gilberto Gil

*O CÉREBRO ELETRÔNICO FAZ TUDO
 FAZ QUASE TUDO
 QUASE TUDO
 MAS ELE É MUDO*

*O CÉREBRO ELETRÔNICO COMANDA
 MANDA E DESMANDA
 ELE É QUEM MANDA
 MAS ELE NÃO ANDA*

*SÓ EU POSSO PENSAR SE DEUS EXISTE
 SÓ EU
 SÓ EU POSSO CHORAR QUANDO ESTOU TRISTE
 SÓ EU
 EU CÁ COM MEUS BOTÕES DE CARNE E OSSO
 HUM, HUM,
 EU FALO E OUÇO
 HUM, HUM,
 EU PENSO E POSSO
 EU POSSO DECIDIR SE VIVO OU MORRO
 PORQUE
 PORQUE SOU VIVO, VIVO PRA CACHORRO
 E SEI
 QUE CERÉBRO ELETRÔNICO NENHUM ME DÁ SOCORRO
 EM MEU CAMINHO INEVITÁVEL PARA A MORTE*



*PORQUE SOU VIVO, AH, SOU MUITO VIVO
E SEI
QUE A MORTE É NOSSO IMPULSO PRIMITIVO
E SEI
QUE CERÉBRO NENHUM ME DÁ SOCORRO
COM SEUS BOTÕES DE FERRO E SEUS OLHOS DE VIDRO*

*Ambas as músicas in CD *Gilberto Gil ao vivo*, 1999.*

CINEMA NOVO

Gilberto Gil e Caetano Veloso

*O FILME QUIS DIZER "EU SOU O SAMBA"
A VOZ DO MORRO RASGOU A TELA DO CINEMA
E COMEÇARAM A SE CONFIGURAR
VISÕES DAS COISAS GRANDES E PEQUENAS
QUE NOS FORMARAM E ESTÃO A NOS FORMAR
TODAS E MUITAS: DEUS E O DIABO, VIDAS SECAS. OS FUZIS.
OS CAFAJESTES, O PADRE E A MOÇA. A GRANDE FEIRA, O DESAFIO
OUTRAS CONVERSAS, OUTRAS CONVERSAS SOBRE OS JEITOS DO BRASIL
OUTRAS CONVERSAS SOBRE OS JEITOS DO BRASIL*

*A BOSSA NOVA PASSOU NA PROVA
NOS SALVOU NA DIMENSÃO DA ETERNIDADE
PORÉM AQUI EMBAIXO "A VIDA". MERA "METADE DE NADA"
NEM MORRIA NEM ENFRENTAVA O PROBLEMA
PEDIA SOLUÇÕES E EXPLICAÇÕES
E FOI POR ISSO QUE AS IMAGENS DO PAÍS DESSE CINEMA
ENTRARAM NAS PALAVRAS DAS CANÇÕES*

*PRIMEIRO FORAM AQUELAS QUE EXPLICAVAM
E A MÚSICA PARAVA PRA PENSAR
MAS ERA TÃO BONITO QUE PARASSE
QUE A GENTE NEM QUERIA RECLAMAR
DEPOIS FORAM AS IMAGENS QUE ASSOMBRAVAM
E OUTRAS PALAVRAS JÁ QUERIAM SE CANTAR
DE ORDEM DE DESORDEM DE LOUCURA*



Anexo 8

*O DE ALMA À MEIA-NOITE E DE INDÚSTRIA
E A TERRA ENTROU EM TRANSE É
NO SERTÃO DE IPANEMA
EM TRANSE É, NO MAR DE MONTE SANTO
E A LUZ DO NOSSO CANTO. E AS VOZES DO POEMA
NECESSITARAM TRANSFORMAR-SE TANTO
QUE O SAMBA QUIS DIZER, O SAMBA QUIS DIZER: EU SOU CINEMA*

*AÍ O ANJO NASCEU, VEIO O BANDIDO METERORANGO,
HITLER TERCEIRO MUNDO. SEM ESSA ARANHA. FOME DE AMOR
E O FILME DISSE: EU QUERO SER POEMA
OU MAIS: QUERO SER FILME E FILME-FILME
ACOSSADO NO LIMITE DA GARGANTA DO DIABO
VOLTAR À ATLÂNTIDA E ULTRAPASSAR O ECLIPSE
MATAR O OVO E VER A VERA CRUZ
E O SAMBA AGORA DIZ: EU SOU A LUZ
DA LIRA DO DELÍRIO. DA ALFORRIA DE XICA
DE TODA A NUDEZ DE ÍNDIA DE FLOR DE MACABÉIA, DE ASA BRANCA
MEU NOME É STELINHA, É INOCÊNCIA
MEU NOME É ORSON ANTÔNIO VIEIRA CONSELHEIRO DE PIXOTE
SUPER OUTRO
QUERO SER VELHO, DE NOVO ETERNO, QUERO SER NOVO DE NOVO
QUERO SER GANGA BRUTA E CLARA GEMA
EU SOU O SAMBA. VIVA O CINEMA – VIVA O CINEMA NOVO.*

CD Tropicália 2, 1994.

Os textos 1 e 2 do anexo 24 do módulo 2 de Ciências Humanas e suas Tecnologias (p. 83) foram publicados sob licença da revista Superinteressante, Editora Abril. Todos os direitos reservados.

Visite o site da Super: www.superinteressante.com.br

Para assinar a Super: (11) 3990-2121 (Grande São Paulo), 0800-7012828 (outras localidades) ou pelo e-mail: abrilsac@abril.com.br

